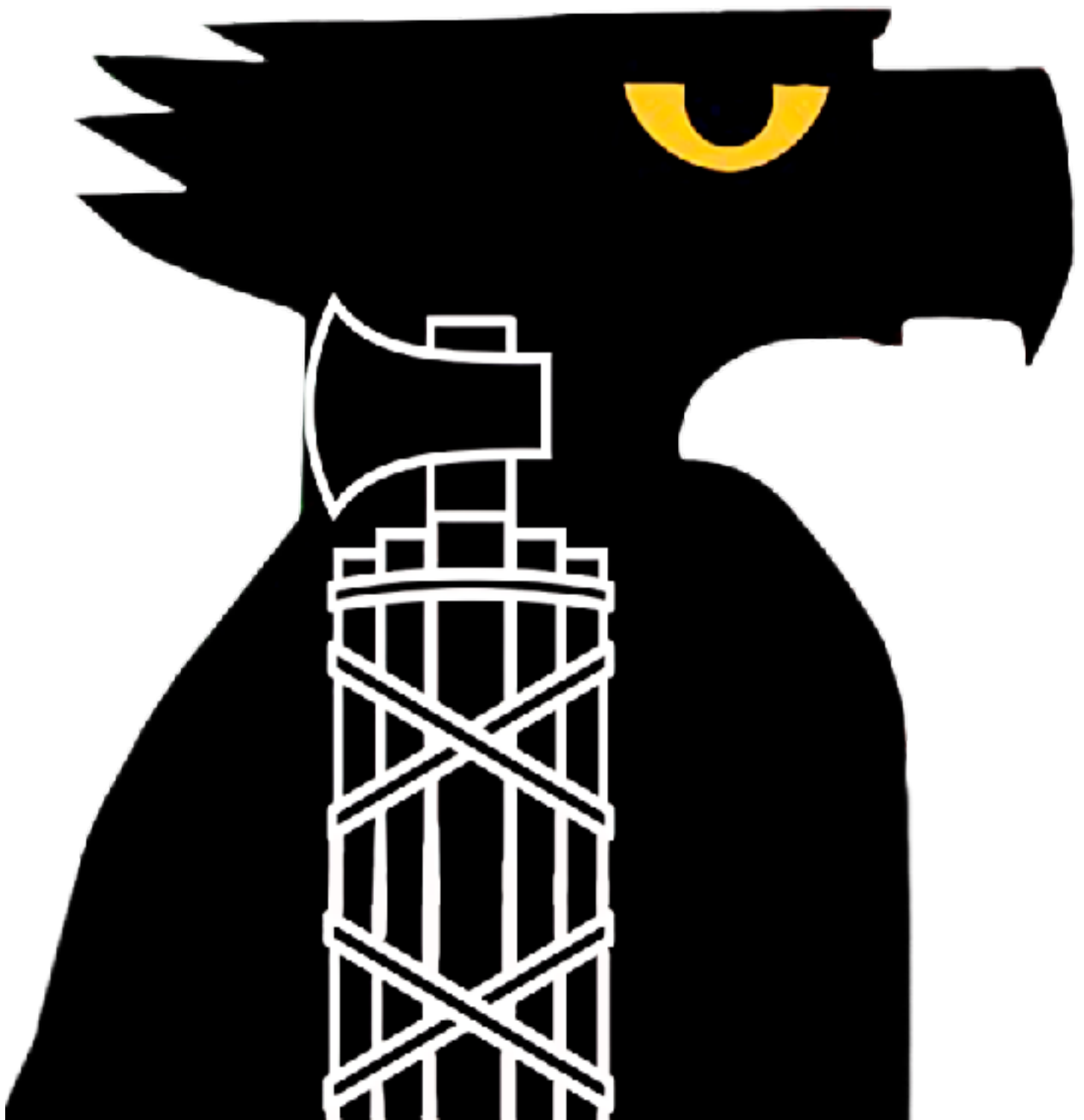


PARTIDO NAZIONALE FASCISTA

**TEXTOS PARA CURSOS DE
PREPARAÇÃO POLÍTICA**

A ECONOMIA FASCISTA



CONTEÚDO

I. Conceitos fundamentais.	.3
II. Política económica e monetária.	16
III. A agricultura italiana e a política rural do regime	70
IV. Indústria e artesanato	87
V. A política das obras públicas	102

I. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O contraste profundo e substancial que separa o fascismo do liberalismo reflecte-se de forma vigorosa e típica no campo económico.

Na economia, de facto, o Estado fascista opõe-se claramente ao Estado liberal, porque enquanto este último não intervém na vida económica e se limita geralmente à função de defesa e de educação (“Estado Carabinière” e “pedagogo”), o primeiro considera que tem como tarefa precisa regular e determinar o desenvolvimento material e espiritual da comunidade, negando que a forma mais perfeita e mais elevada de vida civil possa originar-se do choque livre e descomposto de forças individuais. O Estado fascista não acredita nas harmonias económicas alcançadas com o absentismo total de um Estado apático que se limita a tomar nota dos resultados alcançados pelos indivíduos; o Estado fascista é um Estado ético precisamente porque tem a sua própria consciência e a sua própria vontade de realizar. É um Estado que não ignora os problemas da economia, mas os estuda, os incita, os orienta, os retarda, porque não concebe o divórcio entre política e economia, mas considera que esta deriva da primeira.

Os economistas e políticos que afirmaram de forma clara e peremptória que o Estado é especialmente útil quando se abstém de qualquer intervenção no domínio económico - e foram muito numerosos no século passado - estão hoje a desaparecer. Em todos os países, o Estado tem um papel importante. Só ela pode resolver as dramáticas contradições do capitalismo; só ela pode levar à solução desse complexo de fenómenos materiais e espirituais que se chamam crises e que podem ser superados e superados no interior do Estado.

Este estado de espírito muito particular face ao liberalismo desfeito foi definido pelo Duce com a seguinte questão: “O que seria o inglês Bentham, segundo o qual a indústria deveria ter pedido ao Estado apenas que fosse deixado em paz, ou o alemão Humboldt, segundo o qual para quem o Estado ocioso deveria ser considerado o melhor.”

Mas mesmo que a segunda vaga de economistas liberais tenha sido menos extremista que a primeira, porque já abriu a porta às intervenções do Estado na economia, ainda permanece um abismo intransponível entre o Estado liberal, também, diríamos, correctamente, menos intransigente do que aquele concebido uma vez, e o estado fascista.

Devemos lembrar que quem diz liberalismo ainda diz individual; quem diz Fascismo diz Estado.

Com isso, porém, o Estado fascista não costuma pretender interferir diretamente na situação económica, mas sim fiscalizá-la, para que seja realizada de acordo com os interesses da comunidade. É desta concepção política do Estado que deriva a concepção económica da corporação.

O Estado fascista, que na política não é reaccionário mas revolucionário, pois antecipa as soluções para os problemas comuns a todos os povos, na economia demonstra inequivocamente o seu carácter moral e histórico porque é precisamente na disciplina dos factos económicos que se revela uma maturidade de carácter demonstra-se a comunidade organizada e demonstra-se a capacidade criativa de uma nova doutrina que, como a do fascismo, é pensamento e ação.

O Duce, no dia 6 de outubro do ano X, diante de milhares de hierarcas reunidos em Roma para a celebração do décimo aniversário ele se perguntou: “Esta crise que nos atinge há quatro anos É uma crise do sistema ou dentro do sistema?”. Em 14 de novembro, data que marca o início da fase decisiva da política corporativa do Fascismo, o Chefe respondeu a essa séria questão com um discurso fundamental ao Conselho Nacional de Corporações, nas quais as características particulares são especificadas da Economia Corporativa.

Naquela assembleia histórica, ele afirmou firmemente que a crise penetrou tão profundamente no sistema que se tornou uma crise do sistema. Não é mais um trauma, mas uma doença constitucional, disse ele.

Se meditarmos na afirmação do Chefe para compreendermos as razões históricas que a determinaram, reconhecemos imediatamente que ocorreu uma profunda revolução tanto no sistema de produção como nas organizações políticas que governaram os vários países civilizados até há poucos anos. .

Ele definiu o capitalismo e traçou a sua história ao longo do século passado: o seu nascimento, o seu auge, o seu declínio.

A análise que o Duce fez naquele discurso histórico é tão perfeita que conceitos e palavras, substância e forma são transcritos a seguir.

“Tendo atingido a sua expressão mais perfeita - disse o DUCE - o capitalismo é um modo de produção em massa para consumo em massa, financiado em massa através da emissão de capital anónimo nacional e internacional. O capitalismo é, portanto, industrial e não teve grandes manifestações no campo agrícola.”

Na história do capitalismo destacam-se três períodos: o período de ascensão; o período de potência máxima; o período da decadência.

O primeiro período vai de 1830 a 1870. Coincide com a introdução do tear mecânico e o aparecimento da locomotiva. A fábrica sobe. A fábrica é a manifestação típica do capitalismo industrial. É a era das grandes margens e, portanto, a lei da livre concorrência e da luta de todos contra todos pode entrar em vigor. É o período em que um grande fervor pela atividade prática cativa as pessoas e em que a ciência, que soube roubar da natureza os seus ciumentos segredos, oferece ao homem meios formidáveis de conquista e de domínio. Na Inglaterra, na França, na América, as competições imaturas são desenfreadas e empreendimentos ousados são tentados.

Nestes 40 anos houve caídos e mortos, mas neste período as crises são crises cíclicas que se repetem em intervalos de tempo, não são longas nem universais.

O capitalismo está no melhor período da sua vida.

Ainda tem tanta vitalidade e tanta resiliência que consegue superar de forma brilhante e rápida as adversidades da situação económica.

A actividade empresarial encontra facilmente condições favoráveis ao seu desenvolvimento, uma vez que as possibilidades dos mercados consumidores são grandes enquanto as capacidades de produção ainda são limitadas.

É a época em que o urbanismo se desenvolve e começa o êxodo rural. As cidades que se tornam centros de produção capitalista crescem dramaticamente.

Neste primeiro período do capitalismo – adverte o Duce – a seleção é verdadeiramente operativa. Também existem guerras, mas são guerras curtas que não podem ser comparadas à guerra mundial. Na verdade, num certo sentido, dinamizam a economia do país.

Na América começa a cansativa e difícil conquista do interminável campo ocidental, que teve seus riscos e baixas como qualquer grande conquista. Enquanto se organizavam as formidáveis fazendas dos Estados do Sul, as cidades do Atlântico alcançavam um enorme desenvolvimento.

O período lembrado do capitalismo que dura 40 anos e poderia ser incluído entre o aparecimento da máquina a vapor e o corte do deirtismo de Suez, está certamente entre os mais dinâmicos que a história recorda. Caracteriza-se pela ausência do Estado na vida económica.

O Duce disse que durante estes 40 anos o Estado limitou-se a observar. Está ausente, e os teóricos do liberalismo dizem: “você, Estado, tem apenas um dever, fazer com que a sua existência não seja sequer sentida no sector económico. Quanto melhor governarmos, menos lidaremos com os problemas económicos.”

O segundo período começou em 1870. O Duce demonstrou que a partir desse momento se sentiram os primeiros sintomas do cansaço e desvio do mundo capitalista. A luta fervorosa e saudável pela vida, a livre competição, a seleção dos mais fortes, já não se expressam com o vigor primitivo, com aquela energia e mesmo com aquele entusiasmo que se encontrava no período anterior.

Isto é documentado pelos numerosos cartéis, sindicatos e consórcios. A era da confiança começa.

Pode-se dizer que agora não existe nenhum sector da vida económica dos países da Europa e da América onde não se tenham formado estas forças que caracterizam o capitalismo.

A consequência deste estado de coisas, que os economistas liberais, obedientes aos dogmas fundamentais dos clássicos, não perceberam, foi de grande importância: o fim da livre concorrência. Permaneceu uma palavra morta.

A capacidade de absorção do mercado não é paralela à crescente capacidade de produção; a taxa de juros e o lucro, ou seja, a relação entre o lucro obtido e a quantidade de capital empregado na empresa, é significativamente reduzida. Dado que as margens se estreitaram, a empresa capitalista descobre que em vez de lutar é mais conveniente chegar a um acordo, fundir-se, dividir os mercados e partilhar os lucros.

A mesma lei da oferta e da procura sobre a qual foi construída a teoria económica, da qual depende o sistema científico desenvolvido pelos clássicos económicos, já não pode actuar livremente na nova realidade económica que se formou. Através de cartéis e trustes é possível atuar sobre a demanda por bens e principalmente sobre a oferta destes em um determinado mercado.

Esta economia capitalista coalescida e baseada na confiança, cada vez menos capaz de viver a sua própria vida, tenta agir sobre o Estado para obter favores lícitos ou ilícitos. Pede, antes de mais, protecção aduaneira.

O liberalismo está a ser morto, mas os economistas não o percebem: continuam a sua construção abstracta destemidos, divorciados da realidade económica, como se o mundo económico de onde retiraram os elementos da sua construção científica já não lhes interessasse. A doutrina económica que exaltava a liberdade em todas as formas de actividade e o absentismo do Estado, passa a ser atingida precisamente por aquelas forças que cresceram no período de triunfo.

Os Estados Unidos da América, entre os primeiros, ergueram barreiras alfandegárias quase intransponíveis; justificaram-se com a afirmação de que as suas indústrias eram jovens e precisavam de protecção e defesa para crescer e prosperar. Tal como a América, outros países levantaram gradualmente barreiras cada vez mais extensas e mais altas: hoje a própria Inglaterra, que durante tanto tempo pregou e apoiou o liberalismo económico, porque era tão útil à sua organização económica e aos interesses do “Império Britânico, abandonou liberalismo, negando tudo o que agora parecia tradicional na sua vida política, económica e social, negando uma doutrina científica da qual se tornou evangelista e guardião. Em Ottava foi lançada a constituição de uma economia fechada entre a Pátria e os domínios.

Depois da guerra, e como consequência da guerra, a empresa capitalista inflaciona. O declínio começa. «A ordem de grandeza do empreendimento – disse o Duce – vai de um milhão a um bilhão. As chamadas construções verticais, quando vistas de longe, dão a ideia do monstruoso e do tipo Babel. As próprias dimensões da empresa excedem as possibilidades do homem. Antes era o espírito que dominava a matéria, agora é a matéria que dobra e subjuga o espírito. O que era fisiologia vira patologia, tudo vira anormal.”

O capitalismo, que atingiu o paroxismo, não sabendo mais justificar a sua existência e encontrar os meios de vida essenciais para a ação, não querendo reconhecer a nova realidade das coisas, cria uma utopia: a utopia do consumo ilimitado. O Líder disse-nos que o ideal do supercapitalismo seria a padronização da humanidade do berço ao caixão.

Esta necessidade é a consequência lógica das coisas, porque só com a padronização dos gostos o supercapitalismo pensa que pode fazer os seus planos. A empresa capitalista deixa de ser um facto meramente económico para se tornar um facto social. Este é o momento preciso em que a empresa capitalista, quando se encontra em dificuldades, se lança nos braços do Estado.

Este é o momento histórico em que a intervenção estatal nasceu e se tornou cada vez mais necessária.

O Estado tem o dever de intervir precisamente porque a empresa capitalista de que estamos a falar não é apenas uma empresa económica: ela afecta directamente a comunidade. O Estado tem o direito de intervir para evitar que as energias saudáveis da Nação sejam desperdiçadas e que a força sagrada do trabalho do povo seja utilizada de formas que possam ser prejudiciais à própria vida e ao poder da Nação.

Hoje em dia, o maior número de empresas económicas recorre a auxílios estatais; aqueles que desconheciam a sua intervenção procuram-no ansiosamente. O Duce disse que hoje estamos no ponto em que se em todas as nações da Europa o Estado adormecesse 24 horas, este parêntese seria suficiente para causar um desastre.

“Esta é a crise do sistema capitalista tomada no seu significado universal.”

Quanto à nação italiana, que baseia a sua economia principalmente na agricultura e no artesanato, na pequena e média indústria, o caso capitalista teve apenas aspectos e consequências limitados.

O supercapitalismo degenerado e pernicioso não existe em nós e onde nasceu já está moribundo: em vez disso, existe um grupo muito grande de pequenos e médios produtores que vivem do seu trabalho diário, que ignoram as aventuras da auto-estima. industriais de estilo e pseudobanqueiros; que, tendo surgido em números impressionantes durante e após a conflagração europeia, teriam afirmado continuar a pescar nos problemas que causaram e que depois tenderam a manter. Estes aventureiros, que garantiram elevados lucros com a inflação e o aumento dos preços, eram, pelo menos no nosso país, apenas uma pequena minoria, que foram duramente punidos pelos mesmos acontecimentos económicos.

A Itália não é uma nação capitalista no sentido que acabamos de mencionar. A essência da economia italiana foi definida precisamente pelo Duce nos seguintes termos: a Itália deve continuar a ser uma nação com uma economia mista, com uma agricultura forte que é a base de tudo, uma pequena ou média indústria saudável, um banco que não se envolve na especulação, um comércio que cumpre a sua tarefa insubstituível que é levar mercadorias de forma rápida e racional ao consumidor.

Examinou o desenvolvimento através do qual se completou o ciclo de vida do liberalismo económico e do supercapitalismo, oficialmente sepultado em 14 de novembro de 1933, com o discurso histórico do Duce pelo Estado corporativo; tendo provado falaciosa a crença na universalidade do liberalismo erroneamente julgada e considerada um método histórico e universal, é apropriado focar nas profundas antíteses que diferenciam o fascismo e o socialismo.

A doutrina fascista nega o materialismo histórico em que se baseia a concepção política e económica do socialismo.

Segundo a doutrina marxista, os acontecimentos da sociedade humana só podem ser explicados pela luta de interesses entre diferentes grupos sociais. São apenas os factos económicos que são importantes na vida do homem; só eles são capazes de promover novas formas de vida civil, de determinar diferentes aspectos e configurações da sociedade. Porém, os motivos ideais não têm peso, a tradição, o culto à pátria e aos heróis, o desejo de elevar cada vez mais os destinos da nação, não têm importância.

Neste sentido, o liberalismo e o socialismo revelam uma origem doutrinal comum. Tanto é verdade que não é por acaso – como salientou o Duce – que o declínio de um coincide com o declínio do outro.

Certamente não é o fascismo, que estabeleceu um sentido viril da realidade na vida política e social, que pode negar a importância da economia como factor na vida dos povos. Mas o fascismo ainda e sempre acredita na santidade e no heroísmo, isto é, em atos em que não atua nenhum motivo económico distante ou próximo.

A luta de interesses foi e é um dos principais agentes das transformações sociais, mas não pode ser concebida como motivo exclusivo da evolução da sociedade. A falácia do materialismo histórico e do determinismo económico reside precisamente nesta concepção, segundo a qual os homens nada mais são do que figurantes na história, incapazes de a dirigir ou de criar, quase marionetas à mercê das ondas, enquanto no fundo as verdadeiras forças dirigentes se agitam e trabalham, que seriam as forças da economia.

Aceitar tal concepção de vida significa anular qualquer força moral e reconhecer a incapacidade do homem de criar a sua história.

O socialismo que se baseia no materialismo histórico e no conceito de luta de classes e que visa através disso criar formas de convivência social nas quais o sofrimento dos humildes seja aliviado, demonstra uma singular ingenuidade doutrinária e uma temível esterilidade política.

Queria alcançar um bem-estar ideal, materialista e máximo para todos os membros da comunidade, acreditando que desta forma a felicidade seria alcançada. E o objectivo deveria ser alcançado através da socialização de todos os meios de produção, da anulação dos direitos de propriedade, da despersonalização de todas as actividades económicas, do sacrifício da iniciativa individual, da negação de uma função produtiva ao capital. A difícil tarefa de produzir bens económicos ficaria a cargo de um gigantesco Estado materialista, cujas delicadas funções seriam desempenhadas por um exército de burocratas. Este Estado socialista, centralizador e déspota, senhor de todos os bens económicos, deveria ter sido alcançado, de acordo com a profecia de Carlo Marx - uma profecia falhada - através de um processo de centralização gradual e contínua da produção industrial e do capital nas mãos de alguns, a quem teria sido muito fácil retirá-lo e transferi-lo para o seio do Estado e assim criar, através da usurpação, a nova realidade económica do socialismo.

As previsões de Karl Marx não se concretizaram: entre todas a queda da taxa de juros e do lucro, que representa o ponto crucial da doutrina socialista. A taxa de juro, que constitui a remuneração devida ao capital, ou seja, o preço pago pela sua utilização, é um facto inegável; as experiências recentes da economia socialista demonstram que onde a taxa de juro é oficialmente negada, primeiro que tudo, todo incentivo à poupança é eliminado e depois, na realidade da vida económica, ele surge novamente de infinitas maneiras diferentes, e com extrema frequência assume a forma antiga de usura.

O socialismo, como sistema económico e também como sistema político-social, pecou, portanto, de ingenuidade, para não dizer cobardia: não foi capaz de olhar com um olhar sereno e penetrante para a realidade dos factos económicos para distinguir o que era contingente e relativo. a determinadas situações de tempo e ambiente, daquilo que é eterno e inerente ao espírito do homem.

Pelo contrário, o Fascismo, que ignora a logomaquia enervante e o raciocínio ocioso e refinado baseado em premissas metafísicas, e que, em vez disso, ama a observação da realidade para construir não só a doutrina, mas as obras e institutos sobre bases sólidas, há muito estabeleceu a sua fé na iniciativa privada como fator irreprimível de produção económica.

Mas esta iniciativa privada não está livre para se desdobrar nas mais diversas formas para dominar o campo económico; é uma iniciativa privada que deve ser regulada, controlada, disciplinada pelo Estado que a acolhe e defende, protege e incentiva, não porque apenas molda a fortuna pessoal de quem a exerce, mas porque o fim alcançado coincide com as necessidades e objetivos do Estado.

A doutrina económica do Fascismo também reconhece uma função para o capital, que constitui o fruto do trabalho do homem, guardado e utilizado em novos processos de produção. Desta forma exalta a virtude da poupança, como meio de aumentar o poder económico da Nação e, portanto, de dar vigor e substância à acção política.

Reconhece a função fundamental da propriedade privada, que já não é entendida no sentido liberal, do direito de usufruir e dispor das coisas da forma mais absoluta, mas é entendida como um dever social. O seu exercício é, portanto, limitado por leis que subordinam o interesse do indivíduo ao do Estado. Em qualquer caso, porém, o Estado fascista, ao mesmo tempo que conduz à expropriação, assegura que as desigualdades não sejam criadas em detrimento de indivíduos particulares, uma vez que nele o sentido romano de direito e equidade está sempre vigilante e activo.

O exercício dos negócios, ou seja, a implementação da iniciativa privada, é também um dever social. O fascismo, porém, embora evite o conceito exclusivo de empresa estatal, típico do socialismo, não repudia, como faz o liberalismo, a possibilidade, na verdade admite a necessidade, de que certas empresas que prestam serviços públicos ou que têm interesses muito gerais, ser realizado pelo Estado,

No campo do trabalho, então, o fascismo foi um estado revolucionário de uma forma verdadeiramente soberba. Ela, que sempre entendeu a história, isto é, o passado, como base do presente de onde parte o futuro, nunca sacrificou levianamente e superficialmente, em prol da novidade, o que foi fruto da tradição e da conquista do passado. gerações. O fascismo inseriu as suas ousadas inovações revolucionárias no tronco da história italiana. Dentre estes, os principais são os da área de trabalho.

Ao longo do século XIX, a posição do trabalhador em relação à empresa esteve em estado de subjugação. O trabalhador ficava à mercê do empresário, que, tendo uma clara superioridade econômica, poderia impor as condições e governar o chamado mercado de trabalho.

O fascismo, superando o conceito de luta de classes, provando que as doutrinas nele inspiradas são falaciosas, também destacou que a união entre liberalismo e socialismo, específica do período histórico em que houve o sindicato livre dos trabalhadores que se chocaram com o sindicato livre dos empregadores, poderia causar prejuízos gravíssimos à Nação, que não obteve desta forma de livre concorrência entre sindicatos a máxima utilidade que previam as doutrinas dos clássicos econômicos.

Ao inserir a união no Estado, não implementou uma forma de socialismo de Estado, como previam os observadores superficiais e os inimigos irredutíveis da nova Ideia, mas alcançou de forma jurídica as verdadeiras e justas aspirações do povo sem sacrificar a empresa, superando a luta de classes, substituindo o direito à greve e ao lockout pelo dever nacional dos trabalhadores e empresários.

Alcançou um novo sistema de equilíbrio sem cair em contradições grosseiras e sem ter uma experiência dolorosa cheia de sacrifícios indescrevíveis para as classes trabalhadoras, como fizeram aqueles que queriam aplicar esquemas marxistas.

O trabalho deixou de ser considerado uma mercadoria que se vende no mercado e o salário deixou de ser um preço que se forma no contraste entre os bens oferecidos e os bens procurados.

O trabalho é um direito e não uma concessão.

O Duce, de facto, disse-nos que em todas as sociedades nacionais existe uma pobreza inevitável; Contudo, o que deve angustiar o nosso espírito é a miséria dos homens sãos e capazes que ansiosamente e em vão procuram trabalho.

É por isso que o fascismo considera o trabalho um direito. E para isso, como veremos, o Regime criou novos Institutos, não para dar forma aos seus esquemas doutrinários, mas para dar resultados positivos, concretos e tangíveis à sua ação: para garantir que o direito ao trabalho do povo italiano não não permanecerá uma mera afirmação dogmática, mas poderá exprimir-se na nova realidade económica do nosso país.

II. POLÍTICA ECONÔMICA E MONETÁRIA

POLÍTICA TRABALHISTA

A política trabalhista tem seus quadros fundamentais na Carta del Lavoro.

Isto constitui uma declaração política de fundamental importância; insurge-se contra a concepção liberal que considera o trabalho como uma mercadoria e afirma que “o trabalho em todas as suas formas, organizacional e executiva, intelectual, técnica, manual, é um dever social”.

O instrumento criado pelo fascismo para regular as condições de trabalho é o contrato colectivo, no qual a solidariedade dos vários factores de produção encontra a sua expressão concreta, através da conciliação dos interesses opostos dos empregadores e dos trabalhadores e da sua subordinação aos interesses superiores à produção.

A solidariedade entre todos os factores de produção, e não apenas entre empresários e trabalhadores da mesma categoria, é proclamada na declaração 4, que atribui a delicada e difícil função de concretizar o acordo colectivo de trabalho.

A Carta do Trabalho (declaração 3a) afirma que a organização profissional e sindical é única. O único sindicato legalmente reconhecido e sujeito ao controlo do Estado tem o direito de representar legalmente toda a categoria de empregadores e trabalhadores para os quais está constituído, de proteger os seus interesses perante o Estado ou outras associações profissionais, de estipular acordos colectivos de trabalho obrigatório para todos os membros da categoria, impor-lhes contribuições e exercer funções delegadas de interesse público em relação a eles.

A União tem a missão de proteger os interesses das categorias, mas ao mesmo tempo tem a obrigação de promover de todas as formas o aumento e a melhoria da produção e a redução dos custos; deve também trabalhar para alcançar os objectivos morais do sistema corporativo.

Na Carta del Lavoro, ao reagir à concepção do trabalho como mercadoria, introduz-se o conceito de salário justo e equitativo, que seria o salário corporativo, pois deve conformar-se “às necessidades normais da vida, às possibilidades de produção e à execução da Obra”.

Adjetivos e condições, esses e estes, que equivalem a heresias para os economistas clássicos, para quem não existe outra justiça na economia senão aquela estabelecida pelo preço de equilíbrio, determinado pelo encontro entre a oferta e a procura de trabalho. Porque - decidiram - o facto económico é um facto natural, mecânico e portanto não pode ser nem justo nem injusto, como uma reacção química ou a queda de um corpo pesado.

A Carta del Lavoro resolve com sucesso o problema da determinação do salário justo, ou seja, um salário que garanta ao trabalhador um nível de vida mínimo sem que isso afecte o lucro justo do empresário. E como esta determinação não é susceptível de uma solução geral, deixa um grau de elasticidade suficiente, que permite que o salário seja o resultado de um acordo contratual acordado entre os sindicatos. As razões económicas estão, portanto, admiravelmente harmonizadas com as sociais e políticas; o sentido de elevada humanidade, que inspira o documento político fundamental sobre o trabalho, é confirmado na declaração i8 a, que garante ao trabalhador a continuidade do salário mesmo após a ocorrência de determinados eventos.

“Numa empresa de trabalho contínuo, a transmissão da empresa não extingue o contrato de trabalho e o pessoal que lhe está afeto mantém os seus direitos perante o novo proprietário. Da mesma forma, a doença do trabalhador, que não ultrapasse determinada duração, não extingue o contrato de trabalho. O chamado às armas ou o serviço do M. V. S. N. não é motivo para demissão.”

Inspirada na mesma preocupação de protecção do trabalhador está a declaração i4 a, que estabelece que a remuneração deve ser paga na forma mais adequada às necessidades do trabalhador e da empresa.

Quando o salário for estabelecido por peça e o pagamento por peça for feito em períodos superiores a quinzenais, serão devidos adiantamentos quinzenais ou semanais adequados. O trabalho nocturno, não incluído nos turnos periódicos regulares, é remunerado numa percentagem superior à do trabalho diurno.

Mas a parte fundamental relativa à determinação do salário merece alguma consideração.

Em primeiro lugar, convém notar que as condições de vida às quais o salário deve conformar-se não são algo abstrato e constante, mas, estando em estreita relação com as condições da economia nacional, sofrem variações contínuas com o progresso geral desta. Por eles não devemos significar o mínimo necessário para a vida física do indivíduo, mas um nível suficiente para permitir a elevação do trabalhador.

Esta concepção moral da vida também prossegue fins económicos. As más condições dos trabalhadores não só reduzem a capacidade de consumo do mercado interno, para o qual a maioria dos empresários produz, mas também prejudicam o seu desempenho, dificultando o progresso económico e civil.

O segundo elemento que deve ser levado em conta na determinação dos salários são as possibilidades de produção. Tem sido dito que a Carta del Lavoro tem sempre em mente o acréscimo de um propósito maior, nomeadamente o de aumentar o poder político e económico da Nação. É compreensível, portanto, que a sua preocupação constante fosse garantir que o salário fosse estabelecido de forma a não provocar a anulação do lucro justo que o empresário deveria receber, pois neste caso o espírito empreendedor seria anulado. incentivo para poupar e, portanto, as fontes de riqueza, que são as fontes de trabalho, secariam. Esta disposição não deve, portanto, ser interpretada apenas como uma defesa da empresa, porque com o aumento do poder económico são criadas novas fontes de trabalho.

É também por esta razão que a Carta del Lavoro confia a determinação concreta dos salários a acordos contratuais livres; compreendeu perfeitamente que esta questão deve ser regulada seguindo com muito cuidado as contingências económicas. Se a flexibilidade indispensável não fosse permitida, as disposições acima mencionadas resultariam em danos igualmente graves para trabalhadores e empresários.

Os critérios acima mencionados nunca devem ser esquecidos nem pelas associações sindicais nem pelo Judiciário Trabalhista.

O último elemento estabelecido pela Carta del Lavoro para proceder à determinação do salário é a execução do trabalho. Com esta disposição a Carta do Trabalho quis reconhecer explicitamente que mesmo entre os trabalhadores o conceito de diferenciação, em relação às capacidades individuais, deve ser tido em conta para evitar a equiparação dos indivíduos e eliminar as diferenças naturais nas aptidões e na capacidade para o trabalho. Isto constitui também uma vantagem social que não pode ser ignorada pelo fascismo, que procura acima de tudo garantir que os indivíduos se elevem servindo a causa do país.

O salário não deve, portanto, ser necessariamente o mesmo para todos os trabalhadores, nem para todos os tipos de trabalho. Também varia em relação ao local e ao tempo.

O sistema de remuneração comum, mais geral e talvez mais antigo é o do salário por tempo, pago com base no número de horas ou dias de trabalho realizado: uma forma que ignora o desempenho porque abstrai da quantidade de trabalho realizado. A par deste antigo sistema, que combina a desvantagem de exigir uma supervisão assídua com a desvantagem de não ter estímulos suficientes, surgiram formas de remuneração que recebem o nome de salário de incentivo. Isto isenta dos inconvenientes acima mencionados, mas antes estimula a actividade do trabalhador e, portanto, a produtividade do trabalho.

Estas vantagens indiscutíveis, no entanto, podem ser acompanhadas de desvantagens consideráveis, especialmente quando consideradas do ponto de vista nacional. E consistem precisamente na qualidade mais comum ou ordinária da produção e especialmente no período de esforço excessivo do trabalhador que, se prolongado, pode ser prejudicial à saúde do trabalhador.

No entanto, as vantagens alcançadas com este sistema são tão importantes que o tornam preferível sempre que devidamente regulamentado. Como faz a Carta do Trabalho quando se preocupa com as consequências do sistema de trabalho por peça para os trabalhadores menos capazes, que não conseguem obter um rendimento correspondente ao salário base. Para a sua protecção, a Carta do Trabalho declara que “quando o trabalho é pago à peça, o salário à peça deve ser determinado de tal forma que o trabalhador trabalhador, com capacidade produtiva normal, possa atingir um salário mínimo superior ao o salário básico”.

O objetivo do legislador fascista, ao regulamentar esta questão do salário à peça nos moldes indicados, foi estimular através dele, no trabalhador, a comodidade de aumentar a produção, vinculando-o a ela, garantindo também um tratamento que não conduza a grandes disparidades. na remuneração entre trabalhadores individuais e, ao mesmo tempo, não é motivo de desgaste físico do trabalhador.

Ao obrigar o trabalhador a trabalhar mais do que as suas possibilidades médias, cria-se um sistema de trabalho que carece dos requisitos fundamentais do trabalho fascista, que deve ser a alegria criativa e não a fadiga cinzenta que cansa e não é agradável. Por esta razão, o fascismo nunca esteve muito entusiasmado com os sistemas de remuneração que tiveram tanta fúria e tão ampla aplicação nos países supercapitalistas e especialmente nos Estados Unidos da América. Os sistemas baseados na chamada organização científica do trabalho e que se baseiam no taylorismo enfraquecem muitas vezes a fibra do trabalhador, obrigando-o a realizar um trabalho monótono e sempre o mesmo mecânico, sem variedade e diversões capazes de elevar o ânimo do trabalhador.

Os vários sistemas - Rowan, Halsey e Bedeaux - inspiram-se todos essencialmente no conceito de fixação da remuneração em função do desempenho do indivíduo e independentemente ou quase independentemente de determinados mínimos, que diríamos de natureza humanitária. O Estado corporativo, embora estimule a competição nobre e generosa do trabalhador, não quer que esta seja transformada numa parte da máquina; esses mesmos sistemas racionais, fruto exclusivo da razão e do cálculo, que abstraem qualquer característica individual, transformam o trabalhador em parte da máquina da qual ele se torna servo.

O problema não deve, portanto, ser abordado de um ponto de vista puramente económico e material, mas também deve ser considerado de um ponto de vista ético, social e político, tal como considerado pelo Estado corporativo que não opera olhando apenas para o presente, mas com os olhos e a alma voltados sobretudo para o futuro.

A determinação do salário representa a parte mais importante e delicada dos contratos de trabalho e deve ser abordada com uma mente livre de quaisquer preocupações partidárias e demagógicas; isto é, deve ser abordado com um espírito fascista, com um espírito que harmonize os dois principais factores de produção em perfeita unidade: trabalho e capital.

A CORPORAÇÃO

A ideia central e fundamental que caracteriza a Revolução dos Camisas Negras no campo económico e social é a Corporação. O corporativismo é uma expressão essencial do fascismo.

O Duce definiu o que são as Corporações no histórico discurso de novembro II ao Conselho Nacional das Corporações.

As Corporações, segundo a definição dada pelo Duce, são “o instrumento que, sob a égide do Estado, implementa a disciplina integral, orgânica e unitária das forças produtivas, com vista ao desenvolvimento da riqueza, do poder político e o bem-estar do povo. O corporativismo italiano - afirmou ainda o Duce - “é a economia disciplinada e, portanto, também controlada, porque não se pode pensar numa disciplina que não tenha controle: o corporativismo supera o socialismo e supera o liberalismo, cria um novo síntese”. Ou seja, é a síntese de categorias e interesses de grupo conflitantes no interesse supremo da sociedade nacional.

O corporativismo implica, portanto, antes de mais nada, um conhecimento perfeito e completo dos vários sectores da economia nacional; da sua importância económica absoluta e relativa. Implica uma orientação da política económica que esteja em conformidade com determinados objectivos sociais que o Estado considere mais vantajosos para a comunidade nacional.

Dizemos abrangência absoluta e relativa das diferentes actividades económicas da Nação, porque nem todas têm a mesma importância para os interesses que representam ou para os objectivos que o Estado fascista prossegue. Não faltam, tanto no domínio agrícola como no industrial, actividades modestas em comparação com grandes interesses económicos gerais. O liberalismo pode esperar do conflito a solução que, apenas pelo seu triunfo, considera mais vantajosa socialmente; o corporativismo não é. Deve explorar a importância relativa de cada ramo de actividade económica e com uma visão nacional, portanto orgânica e integral, evitar que interesses limitados, mesmo que poderosos, deprimam interesses muito maiores, mesmo que menos agressivos ou protegidos.

Segue-se daqui que o Estado corporativo não pode defender igualmente todos os sectores económicos, grandes e pequenos. Existem setores, actividades, ramos que para fins nacionais devem ser protegidos e defendidos, em comparação com outros que não merecem igual proteção. Uma política económica empresarial não pode deixar de fazer esta selecção de interesses em harmonia com os objectivos sociais que pretende alcançar.

Esta é a essência da economia corporativa.

Vejamos seu desenvolvimento histórico.

Desde o ano em que eu, o Duce, falando no dia 2 de junho aos trabalhadores da Polesine, afirmei o conceito fundamental de colaboração: “A luta de classes - disse ele - pode ser um episódio na vida de um povo; não pode ser um sistema quotidiano, porque significaria a destruição da riqueza e, portanto, da miséria universal.”

“Colaboração, entre quem trabalha e quem dá trabalho, entre quem dá os braços e quem dá o cérebro - todos os elementos da produção têm as suas hierarquias inevitáveis e necessárias: através deste programa alcançarás o bem-estar, a Nação alcançará a prosperidade e a grandeza.”

E no dia 32 de Maio do ano II, no Conselho Nacional dos Sindicatos Fascistas, o Duce dirigiu o seguinte lembrete à assembleia: «A colaboração de classes deve ser praticada ao mesmo tempo; Os empregadores não devem aproveitar o estado actual restaurado pelo Fascismo, que deu um sentido de disciplina à Nação, para satisfazer o seu egoísmo; devem considerar os trabalhadores como elementos essenciais da produção; eles devem fazer o seu melhor para garantir que coincida com o da nação e não o contrário. Só assim poderemos ter massas verdadeiramente disciplinadas, trabalhadoras e orgulhosas de contribuir para a sorte do país.”

No mesmo ano, enviando uma mensagem ao Congresso das Corporações Sindicais Fascistas, observou que em muitas áreas a colaboração inteligente de classes tinha sido alcançada e a paz foi mantida. Isto demonstrou que quando as duas partes sabem como entrar no terreno concreto da produção, a colaboração de classes é possível.

Em Maio do ano III o Duce, ao publicar um artigo sobre «Fascismo e Sindicalismo» na Hierarchia, recordou que até Dezembro de 1921 o programa do Partido previa que as Corporações deviam ser promovidas segundo dois objectivos fundamentais: nomeadamente como expressão da solidariedade nacional e como meio de desenvolver a produção.

As empresas não devem tender a afogar o indivíduo na comunidade e a nivelar arbitrariamente as capacidades e os pontos fortes dos indivíduos, mas devem antes melhorá-los e desenvolvê-los.

Nesta declaração esquemática estão os fundamentos da nova doutrina corporativa.

Tendo conquistado o poder, o Fascismo dedicou-se com rara energia à consolidação das instituições, à resolução dos problemas prementes colocados pela vida económica do país, sem no entanto esquecer o desenvolvimento orgânico da legislação societária que conduziria à lei fundamental de 5 de Fevereiro de 1934.

Do ponto de vista doutrinal, e se quisermos também histórico, o desenvolvimento da Corporação é marcado por três fases ou momentos de fundamental importância: a lei de 3 de Abril de 1926, sobre a regulamentação jurídica das relações colectivas de trabalho; a lei de 20 de março de 1930 sobre o Conselho Nacional das Corporações; a lei de 5 de fevereiro de 1934 sobre a constituição e funções das sociedades anónimas.

O legislador fascista já forneceu os primeiros elementos jurídicos da nova instituição da Corporação na lei de 1926, e pode-se de facto afirmar que todas as disposições desse documento foram inspiradas neste conceito fundamental.

Foi a nova ideia que animou e justificou a ordem estabelecida pela lei.

De acordo com a referida lei, o Instituto da Corporação tinha, antes de tudo, o objetivo de implementar a colaboração completa entre as categorias, conectando os representantes sindicais dos trabalhadores e dos empregadores do ramo produtivo para o qual a corporação foi criada; representar os interesses económicos do seu sector produtivo de forma unificada face a outras categorias.

A delicada função de ligação era exercida pelo Estado.

A lei de 1926 previa, juntamente com a organização sindical vertical, uma organização corporativa horizontal: a primeira servia para proteger os interesses dos elementos individuais da produção, a segunda para a defesa dos interesses comuns a cada ramo individual da produção.

Já nesta lei era conferido aos órgãos sociais o poder de estabelecer regras gerais sobre as condições de trabalho, de conciliar conflitos colectivos entre associações ligadas, de promover, incentivar e subsidiar todas as iniciativas destinadas a coordenar e melhor organizar a produção, de criar centros de emprego, de regular estágios e aprendizagens com regras obrigatórias.

O segundo passo fundamental no caminho que conduziria à Corporação foi dado com a lei de 20 de Março de 1930, sobre o Conselho Nacional das Sociedades, que não só proporcionou um novo instrumento jurídico para regular as relações económicas colectivas, mas atribuiu novas tarefas e funções aos sindicatos. Estes alargaram o seu campo de actividade desde a regulação das relações laborais até à regulação colectiva das relações económicas entre as diferentes categorias de produção.

Mas foi com a lei de 5 de Fevereiro de 1934 que as Corporações seriam definitivamente criadas.

Desde 22 de Abril do ano VIII o Duce dizia: « o sindicalismo não pode ser um fim em si mesmo: ou esgota-se no socialismo político, ou na corporação fascista. É apenas na empresa que uma ideia económica se realiza nos seus vários elementos: capital, trabalho, tecnologia; é apenas através da corporação, isto é, através da colaboração de todas as forças convergindo para um único objectivo, que a vitalidade do sindicalismo é assegurada. É apenas, isto é, com um aumento na produção e, portanto, na riqueza, que o acordo coletivo pode garantir condições sempre melhores nas categorias profissionais. Por outras palavras, o sindicalismo e a corporação são independentes e influenciam-se mutuamente; sem sindicalismo a corporação é impensável; mas sem corporação, o próprio sindicalismo, após as primeiras fases, termina numa acção detalhada, alheia ao processo produtivo; espectadora, não atriz; estático e não dinâmico”

Falando ao povo de Bari, o Duce disse que o objectivo do regime no domínio económico era a realização de uma justiça social superior para todo o povo italiano. O que significa trabalho garantido, salários justos, casas dignas: significa a possibilidade de evoluir e melhorar incessantemente: significa que os trabalhadores, os trabalhadores, devem tornar-se cada vez mais íntimos do processo produtivo e participar na sua disciplina necessária.

A fusão de todas as energias económicas e espirituais da pátria teve que ocorrer definitivamente com a promulgação da lei de 5 de Fevereiro de 1934, que criou as Corporações a nível orgânico.

Ao instalar os Conselhos das Corporações, o Duce destacou o seu carácter revolucionário, pois sua tarefa é determinar nas instituições, nas leis e nos costumes, as transformações políticas e sociais necessárias à vida de um povo.

Naquela ocasião o Duce se perguntou: “Precisamos repetir mais uma vez que as Corporações não são um fim em si mesmas, mas instrumentos de finalidades específicas?” Este é agora um fato comum.

“Quais são os propósitos?”

“Internamente, uma organização que diminui gradual e inflexivelmente as distâncias entre as possibilidades máximas e as possibilidades mínimas ou nulas de vida. Isso é o que chamo de justiça social superior. Neste século não podemos admitir a inevitabilidade da pobreza material, só podemos aceitar a triste inevitabilidade da pobreza fisiológica. O absurdo das fomes causadas artificialmente não pode durar. Eles denunciam a flagrante deficiência do sistema. O século passado proclamou a igualdade dos cidadãos perante a lei - e foi uma conquista de formidável importância - o século fascista mantém, aliás consolida, este princípio, mas acrescenta outro, não menos fundamental: a igualdade dos homens perante o trabalho, entendida como um dever e direito, como alegria criativa que deve expandir e enobrecer a existência, e não mortificá-la ou deprimi-la.

“De frente para o exterior, a corporação tem o objectivo de aumentar incansavelmente o poder global da nação com o objectivo da sua expansão em todo o mundo.”

Com o dia 1º de novembro do ano XII, a grande máquina criada pelo gênio do Duce deveria ser colocada em movimento. O Chefe alertou que não se deve esperar milagres imediatos. Na verdade, não deveríamos de todo esperar por milagres, porque os milagres não pertencem à economia.

A lei atribui funções regulatórias em matéria económica às Sociedades Anónimas. Além disso, são chamados a emitir pareceres (funções consultivas) sobre todos os assuntos que afectem o ramo de actividade para que estão constituídos, sempre que solicitados pelos órgãos competentes, bem como a proceder à conciliação de conflitos colectivos de trabalho.

A atividade das Corporações iniciou-se no ano XIII e muitas delas já funcionaram com sucesso.

As vinte e duas empresas estabelecidas pelo Chefe do Governo estão listadas abaixo e para cada uma reportamos a composição numérica das categorias económicas.

Recorde-se que o Partido sempre esteve representado nas Corporações, o que traz dentro deste novo organismo a continuidade do espírito revolucionário e a voz da massa de consumidores.

PRIMEIRO GRUPO DE CORPORAÇÕES

(Estabelecido por decreto do Chefe do Governo de 29 de maio de 1934-XII)

1) CORPORAÇÃO DOS CEREAIS

Produção de cereais	7 empregadores e 7	
Indústria de debulha	I » » » I »	
Indústria de moagem, moinho de arroz, confeitaria e massas alimentícias	3 » » » 3 »	
Panificação	I » » » I »	
Comércio de cereais e outros produtos acima mencionados	3 » » » 3 »	
Cooperativas de consumo	I Representante	
Técnicos agrícolas	I »	
Artesanato	I »	

2) CORPORAÇÃO DA VEGETAL - FLORAL - FRUTICULAÇÃO

Cultivo de hortaliças, flores e frutas . .	6 empregadores e 6 trabalhadores	
Indústria de conservas de alimentos vegetais	2 » » » 2 »	
Indústria de derivados e essências cítricas	2 » » » 2 »	
Comércio de produtos hortícolas, florais e frutíferos e seus derivados . .	3 » » » 3 »	
Técnicos agrícolas	I Representante	
Químicos	I »	
Cooperativas de exportadores de frutas e legumes	I »	

3) CORPORAÇÃO DE VINHO

Viticultura	6 empregadores e 6 trabalhadores	
Indústrias vinícolas (vinhos, vinagres, licores)	2 » » » 2 »	

1)Cada Corporação tem três representantes do Partido

Cerveja e indústrias relacionadas	3 empregadores e 3 trabalhadores
Produção de álcool de segunda categoria	I » » » I »
Comércio dos produtos listados acima	3 » » » 3 »
Técnicos Agrícolas	I Representante
Químicos.	I »
Vinícolas sociais	I »

4) CORPORAÇÃO DE AZEITE

Cultivo de oliveiras e outras plantas oleaginosas	5 empregadores e 5 trabalhadores
Indústria de prensagem e refinação de azeite	2 » » » 2 »
Indústria de prensagem e refino de óleo de semente	I » » » I »
Indústria de petróleo sulfetado	I » » » I »
Comércio de produtos petrolíferos	I » » » I »
Técnicos Agrícolas	I Representante
Químicos	I »

5) CORPORAÇÃO DE BETERRABA E AÇÚCAR

Cultivo de beterraba	2 empregadores e 2 trabalhadores
Indústria açucareira	I » » » I »
Indústria de álcool de primeira classe	I » » » I »
Comércio dos produtos acima	I » » » I »
Técnicos Agrícolas	I Representante
Químicos	I »

6) CORPORAÇÃO ZOOTÉCNICA E PESCA

Criação de gado de pastagem e caça

Pesca marítima e interior e 8 empregadores e 8 trabalhadores

indústria de processamento de

pescado 2 » » » 2 »

Indústria de leite para consumo

direto I » » » I »

Indústria de laticínios 2 » » » 2 »

Indústria de salsichas e alimentos

enlatados para animais 2 » » » 2 »

Comércio de gado I » » » I »

Comércio de leite e derivados 2 » » » 2 »

Técnicos Agrícolas. I Representante

Médicos veterinários I »

Diários sociais I »

Cooperativas de pescadores I »

7) CORPORAÇÃO DE MADEIRA

Produção de madeira, indús- 2 empregadores agrícolas e 2 tra-
tria florestal e processamento balhadores agrícolas

primário de madeira . . . 2 empregadores industriais e 2 tra-
balhadores industriais

Fabricação de móveis e artigos

de decoração diversos . . . 2 empregadores e 2 trabalhadores

Produção de luminárias e pi-

sos 1 » » » 1 »

Produção de cortiça 1 » » » 1 »

Vários processos 2 » » » 2 »

Comércio dos produtos acima 3 » » » 3 »

Técnicos agrícolas e florestais 1 Representante

Artistas 1 »

Artesanato 1 »

8) CORPORAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS

Indústria do algodão	3 empregadores e 3 trabalhadores					
Produção de lã	1	»	»	»	1	»
Indústria de lã	2	»	»	»	2	»
Indústria de seda	1	»	»	»	1	»
Sericultura de amoreira	1	»	»	»	1	»
Indústria de bobinagem e torção de seda	1 empregador e 1 trabalhador					
Indústria de rayon	2	»	»	»	2	»
Indústria de tecelagem de seda e rayon	2	»	»	»	2	»
Cultivo de linho e cânhamo	2	»	»	»	2	»
Indústria de linho e cânhamo	1	»	»	»	1	»
Indústria de juta	1	»	»	»	1	»
Indústria de tingimento e estamparia de tecidos	2	»	»	»	2	»
Várias indústrias têxteis	2	»	»	»	2	»
Comércio de algodão, lã, seda, rayon e outros produtos têxteis; comércio varejista dos mesmos produtos	3	»	»	»	3	»
Técnicos agrícolas	1 Representante					
Químicos	1	»				
Especialistas industriais	1	»				
Artistas	1	»				
Artesãos	1	»				

SEGUNDO GRUPO DE EMPRESAS

(Estabelecido por Decreto do Chefe do Governo de junho de 1934-XII)

9) CORPORAÇÃO DA METALURGIA E MECÂNICA

Indústria siderúrgica	3	empregadores e 3	trabalhadores		
Outras indústrias metalúrgicas	2	»	»	»	2 »
Indústria de construção de transportes (automóveis, motocicletas, aviões, equipamentos ferroviários e elétricos, construção naval)	5	»	»	»	5 »
Indústria de construção de máquinas e aparelhos para rádio e para geração, transformação e utilização de energia elétrica	2	»	»	»	2 »
Indústria de construção de máquinas e equipamentos para uso industrial e agrícola	3	»	»	»	3 »
Indústria da construção e metalomecânica, fundições e fábricas	4	»	»	»	4 »
Indústria de fabricação de instrumentos ópticos, de medição, mecânica e armas de precisão	2	»	»	»	2 »
Indústria de produtos de borracha para uso industrial	1	»	»	»	1 »
Indústria de cabos e cordões isolantes	1	»	»	»	1 »
Ourives	1	»	»	»	1 »
Comércio dos produtos acima	5	»	»	»	5 »
Engenheiros	1	Representante			
Artesanato	1	»			
Consórcios agrícolas cooperativos	1	»			

10) CORPORAÇÃO DA QUÍMICA

Indústrias de ácidos inorgânicos, álcalis, cloro, gases comprimidos e outros produtos químicos inorgânicos	3	empregadores e 3	trabalhadores		
Indústria química para agricultura	3	»	»	»	3 »
Indústria de ácidos orgânicos e produtos químicos orgânicos . . .	3	»	»	»	3 »
Indústria de explosivos	1	»	»	»	1 »
Indústria de fósforo	1	»	»	»	1 »
Indústria de materiais plásticos .	1	»	»	»	1 »
Indústria de corantes sintéticos e produtos fotográficos sensíveis .	2	»	»	»	2 »
Indústrias minerais de corantes, tintas, cremes e polidores para calçados e couros	2	»	»	»	2 »
Indústria de sabões e detergentes em geral, indústria de esteárico e glicerina	2	»	»	»	2 »
Indústria de extratos tanantes . .	1	»	»	»	1 »
Indústria de curtume	1	»	»	»	1 »
Indústria de óleos essenciais, sintéticos e perfumaria	2	»	»	»	2 »
Indústria de óleo mineral	2	»	»	»	2 »
Indústria de destilação de carvão e alcatrão; indústria de emulsão betuminosa	1	»	»	»	1 »
Indústrias farmacêuticas	2	»	»	»	2 »
Comércio de produtos das indústrias acima mencionadas	4	»	»	»	4 »
Químicos	1	Representante			
Farmácia	1	»			
Consórcios agrícolas cooperativos	1	»			

11) CORPORAÇÃO DE VESTUÁRIO

Indústria de vestuário (roupas, linho, etc.)	3	empregadores e 3	trabalhadores	
Indústria de peles	1	»	»	» 1 »
Indústria de chapéus	2	»	»	» 2 »
Indústria de calçados e outros objetos de couro para uso pessoal .	2	»	»	» 2 »
Indústria de luvas	1	»	»	» 1 »
Produção de diversos objetos de borracha para uso em vestuário .	1	»	»	» 1 »
Fábricas de malhas e meias . . .	2	»	»	» 2 »
Produção de rendas, bordados, fitas, tecidos elásticos e guarnições	2	»	»	» 2 »
Indústria de botões	1	»	»	» 1 »
Diversas produções para roupas .	1	»	»	» 1 »
Fábricas de guarda-chuvas . . .	1	»	»	» 1 »
Comércio de produtos das indústrias acima mencionadas	4	»	»	» 4 »
Artesanato	1	Representante		
Artistas	1	»		

12) CORPORAÇÃO DE PAPEL E IMPRENSA

Indústria de papel	2	empregadores e 2			trabalhadores
Fabricação de papel	1	»	»	» 1 »	
Indústrias gráficas e relacionadas .	2	»	»	» 2 »	
Indústrias editoriais	2	»	»	» 2 »	
Indústrias editoriais jornalísticas .	2	»	»	» 2 »	
um dos quais é jornalista					
Comércio de produtos das indústrias listadas acima	2	»	»	» 2 »	
Artistas (autores e escritores, músicos, artes plásticas, jornalistas) .	4	Representante			
Artesanato	1	»			

13) CORPORAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Indústrias da construção (construção civil e obras públicas) . . .	4 empregadores e 4 trabalhadores
Indústria de tijolos	1 » » » 1 »
Indústria de produtos de cimento	1 » » » 1 »
Indústria de cimento, cal e gesso	1 » » » 1 »
Indústria de materiais refratários	1 » » » 1 »
Comércio de materiais de construção	2 » » » 2 »
Propriedade do edifício	1 » » » 1 »
Engenheiros	1 Representante
Arquitetos	1 »
Topógrafos	1 »
Especialistas em construção industrial	1 »
Artesanato	1 »
Cooperativas de construção	1 »

14) CORPORAÇÃO DE ÁGUA, GÁS E ELETRICIDADE

Indústria de aquedutos	.3 empregadores, dos quais um é representante das empresas municipais e 3 trabalhadores, dos quais um é representante dos trabalhadores das empresas municipais.
Indústria de gás	.3 empregadores, dos quais um é representante das empresas municipais, e 3 trabalhadores dos quais um é representante dos trabalhadores das empresas municipais.
Indústrias elétricas	4 empregadores, dos quais um é representante das empresas municipais e 4 trabalhadores dos quais um é representante dos trabalhadores das empresas municipais.

Engenheiros 1 Representante
 Consórcios e cooperativas 1 »

15) CORPORAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

Indústria de minério metálico . . 2 empregadores e 2 trabalhadores
 Indústria de enxofre e pirita . . . 2 » » » 2 »
 Indústria de combustíveis fósseis . 1 » » » 1 »
 Indústria de pedreiras (mármore,
 granitos, pedras e similares) . . . 2 » » » 2 »
 Processamento de mármore e pe-
 dra 1 » » » 1 »
 Comércio de produtos das indús-
 trias listadas acima 2 » » » 2 »
 Engenheiros de minas 1 Representante
 Especialistas industriais em mine-
 ração 1 »
 Artesanato 1 »

16) CORPORAÇÃO DE VIDRO E CERÂMICA

Cerâmica artística, porcelana, in-
 dústrias de faiança forte, semiforte e
 doce, grés, abrasivos 4 empregadores e 4 trabalhadores
 Indústrias de garrafas 1 » » » 1 »
 Indústrias de vidro branco 1 » » » 1 »
 Indústria de chapas 1 » » » 1 »
 Indústria de espelhos e cristais . . 1 » » » 1 »
 Indústria de vidro científico (in-
 cluindo vidro óptico) 1 » » » 1 »
 Indústria artística de vidro e artigos
 de vidro 1 » » » 1 »
 Indústria de lâmpadas elétricas . . 1 » » » 1 »
 Comércio de produtos das indús-
 trias listadas 2 » » » 2 »
 Artesanato 2 Representante
 Cooperativas 1 »
 Artistas 1 »

TERCEIRO GRUPO DE EMPRESAS

(Estabelecido por Decreto do Chefe do Governo de 23 de junho de 1934-XII)

17) CORPORAÇÃO DE PROFISSÕES E ARTES

Seção de Profissionais Jurídicos:

Advogados e Promotores	.3	Representantes (Dois para advogados e um para promotores)
Doutores em Economia	.1	Representante
Notários	.1	»
Defensores jurídicos	.1	»
Especialistas comerciais	.1	»
Contadores	.1	»

Seção de profissões de saúde:

Médicos	.2	Representantes
Farmacêuticos	.1	»
Veterinários	.1	»
Enfermeiras graduadas	.1	»
Parteiras	.1	»

Seção de profissões técnicas:

Engenheiros	.2	Representantes
Arquitetos	.2	»
Técnicos agrícolas	.2	» Um para médicos e outro para médicos e o outro para especialistas agrícolas
Topógrafos	.1	Representante
Especialistas industriais	.1	»
Químicos	.1	»

Seção de artes:

Autores e escritores	.2	Representantes
--------------------------------	----	----------------

Belas artes	.2 »
Arquitetos	.1 »
Jornalistas	.1 Representante
Músicos	.1 »
Instituições educacionais e educa- cionais privadas	1 »
Professores particulares	1 »
Atividades industriais e artesanais de arte aplicada	.1 empregador e 1 trabalhador in- dustrial; 2 artesãos
Comércio de arte antiga e moderna	1 empregador e 1 trabalhador

18) SEGURANÇA SOCIAL E CORPORAÇÃO DE CRÉDITO

Seção de Bancos:

O Governador do Banco da Itália.

O Presidente da Associação das So-
ciedades Anônimas Italianas.

O Presidente do Instituto de Re-
construção Industrial.

O Presidente do Instituto Italiano de
Valores Mobiliários.

Instituições de crédito comuns . . . 2 Representantes

Institutos provinciais 1 »

Instituições financeiras 1 »

Banqueiros privados 1 »

Corretores de bolsa 1 »

Corretoras de valores e cambistas . 1 »

Gestores de empresas bancárias . . 1 »

Funcionários de empresas bancárias 7 »

Dependente de corretores de bolsa . 1 »

Seção dos Institutos de Direito Pú- blico:

Os associados de direito da Secção
de Caixas Económicas Ordinárias . 4 Representantes
Instituições de crédito de direito
público sujeitas à fiscalização do Mi-
nistério das Finanças 2 »
Instituições especiais de crédito
agrícola 1 Representante
Montepio 2 Representantes
Instituições de crédito de direito pú-
blico 3 Representantes
Bancos cooperativos cooperativos . 1 Representante
Bancos rurais 1 »

Seção de seguros:

O presidente do Instituto Nacional
de Seguros
O Presidente do Instituto Nacional
Fascista de Seguro de Acidentes . .
O Presidente do Instituto Nacional
Fascista de Segurança Social . . .
Empresas privadas autorizadas a re-
alizar seguros 2 Representantes
Gestores de companhias de seguros 1 »
Funcionários de companhias de se-
guros 3 »
Agências de seguros 1 »
Funcionários de seguradoras . . . 1 »
Funcionários de instituições públi-
cas de seguros 1 »
Seguro mútuo. 1 »

19) CORPORAÇÃO DE COMUNICAÇÕES INTERNAS

Seção de ferrovias, bondes e navegação interior:

Ferrovias e bondes extraurbanos

Bondes urbanos 3 empregadores e 3 trabalhadores

Teleféricos, funiculares, elevadores e

trólebus 1 » » » 1 »

Navegação interna 2 » » » 2 »

Seção de transporte automotivo:

Serviços regulares de carro 2 empregadores e 2 trabalhadores

Serviços de aluguel 1 » » » 1 »

Serviço de táxi 1 » » » 1 »

Serviço de caminhão 1 » » » 1 »

Seção auxiliar de tráfego:

Transitários 2 empregadores e 2 trabalhadores

Atividades portuárias 1 » » » 1 »

Transporte de cavalos 1 » » » 1 »

Atividades complementares de trá-

fego ferroviário e rodoviário . . . 2 » » » 2 »

Seção de comunicações telefônicas,
radiotelefônicas e a cabo:

Comunicações por telefone, radio-

telefonia e cabo 2 empregadores e 2 trabalhadores

20) CORPORAÇÃO DO MAR E DO AR

Marina de passageiros	4 empregadores e 4 trabalhadores
Marinha de carga	3 » » » 3 »
Marinha à vela	1 » » » 1 »
Transporte aéreo	2 » » » 2 »
Cooperativas	1 Representante

21) CORPORAÇÃO DE ENTRETENIMENTO

Empresas de gestão de teatro e cinema	2 empregadores e 2 trabalhadores
Teatros geridos por organismos públicos, companhias de ópera (cantores, prosadores, concertistas, orquestradores, encenadores e técnicos de palco) e companhias de operetas, organizações de concertos, comediantes, emissoras de rádio	5 » » » 5 »
Indústrias relacionadas (cenografia, figurinos e adereços de teatro, publicação fotomecânica)	1 empregador e 1 trabalhador
Produtoras de filmes	1 » » » 1 »
Aluguel de casas, filmes	1 » » » 1 »
Empresas de entretenimento esporádico	1 » » » 1 »
Editores	2 Representantes
Músicos	
Autores de teatro dramático e cinema	2 Representantes
O Presidente da Sociedade Italiana de Autores e Editores	
O Presidente do Instituto Nacional L.U.C.E.	
O presidente da O. N. D.	

22) CORPORAÇÃO DE HOSPITALIDADE

Hotéis e pousadas	2	empregadores e 2	trabalhadores	
Escritórios e agências de viagens .	1	»	»	» 1 »
Estabelecimentos públicos em ge- ral (restaurantes, cafés, bares) . .	2	»	»	» 2 »
Atividades artesanais ligadas à ho- telaria	1	»	»	» 1 »
Estabelecimentos hidroclimáticos e termas	1	»	»	» 1 »
Asilos privados	1	»	»	» 1 »
Médicos	1	Representante		

O actual arranjo estrutural das organizações sindicais é o resultado de uma evolução gradual. Foi recentemente revisto inspirando-se em critérios de maior simplicidade. Os nomes também foram alterados com indicação mais precisa dos operadores e da atividade que a organização representa. A estrutura organizacional das associações de diversos graus é apresentada a seguir:

	Associações nacionais legalmente reconhecidas			
	Confed.	Federaç.	Sindic.	Total
1 – Confederação Fascista de Agricultores	I	4	—	5
2 – Confederação Fascista dos Industriais	I	45	—	46
3 – Confederação Fascista de Comerciantes	I	37	—	38
4 – Confederação Fascista de Companhias de Crédito e Seguros	I	13	—	14
	4	99	—	103
1 – Confederação Fascista dos Trabalhadores Agrícolas	I	4	—	5
2 – Confederação Fascista dos Trabalhadores Industriais	I	20	9	30
3 – Confederação Fascista dos Trabalhadores Comerciais	I	5	—	6
4 – Confederação Fascista dos Trabalhadores de Crédito e Seguros	I	4	—	5
	4	33	9	46
Confederação Fascista de Profissionais e Artistas	I	22	1028	1051

POLÍTICA FINANCEIRA E MONETÁRIA

A Itália, tendo saído exausta de uma guerra muito dispendiosa, entrou numa grave crise económica e social, que esgotou ainda mais as suas capacidades económicas e, portanto, reduziu enormemente as receitas orçamentais, enquanto as despesas sofreram um aumento contínuo.

Mas em apenas alguns anos o governo fascista reconstruiu as finanças sobre novas bases sólidas, eliminando todos os défices.

O plano de restauração concebido e firmemente apoiado pelo Duce baseia-se nestes pilares fundamentais que constituem o sólido edifício das finanças fascistas:

- 1º orçamento equilibrado;
- 2ª Recuperação da circulação monetária;
- 3ª Liquidação das dívidas de guerra;
- 4º Liquidação da dívida interna;
- 5º arranjo da companhia ferroviária;
- 6º Abolição da troca forçada e retorno ao ouro.

O exercício financeiro de 1921-22, o último do antigo regime, registou um défice de cerca de 16 mil milhões de liras; os 10 seguintes reduziram-no para apenas 3 mil milhões e no ano financeiro seguinte, o primeiro inteiramente gerido pelo fascismo (1923-24), viu o défice cair para apenas 418 milhões de liras. Foi praticamente um empate.

Com o exercício financeiro de 1924-25 inicia-se a magnífica série de anos com orçamentos activos que só termina em 1930-31 devido à contracção das receitas devido à crise e à nova situação que se estava a criar na economia mundial.

Para dar um breve resumo de uma imagem bastante completa do orçamento do nosso país após 1913-14, os dados recolhidos na tabela abaixo podem ser úteis:

RECEITAS E DESPESAS REAIS RESULTANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINAIS

(em milhões de libras atuais)

Ano financeiro	Entrada Efetiva	Despesas reais	Excedentes ou déficits	
1913-14	2.524	2.688	—	164
1914-15	2.560	5.395	—	2.835
1915-16	3.734	10.625	—	6.891
1916-17	5.345	17.595	—	12.250
1917-18	7.533	25.299	—	17.766
1918-19	9.676	32.452	—	22.776
1919-20	15.207	23.093	—	7.886
1920-21	18.820	36.229	—	17.409
1921-22	19.701	35.461	—	15.760
1922-23	18.803	21.832	—	3.029
1923-24	20.582	21.000	—	418
1924-25	20.440	20.023	+	417
1925-26	21.043	20.575	+	468
1926-27	21.450	21.014	+	436
1927-28	20.072	19.575	+	497
1928-29	20.201	19.646	+	555
1929-30	19.838	19.668	+	170
1930-31	20.387	20.891	—	503
1931-32	19.324	23.191	—	3.867
1932-33	18.217	21.766	—	3.549

O que é surpreendente é o facto de que, assim que o regime fascista tomou as rédeas do Estado, as coisas mudaram profundamente.

A ordem na administração, a justiça das autuações, o rígido controle das despesas, o combate sistemático ao triste costume da sonegação fiscal, fizeram o milagre. O primeiro ano de superávit foi em 1924-25, de 417 milhões.

Só mais tarde, quando a crise mundial perturbou definitivamente o organismo económico de todos os países civilizados, é que apareceu o défice, que o governo fascista enfrentou com severas medidas económicas.

Mas para melhor compreender a estrutura financeira do nosso orçamento, e para se ter uma ideia do montante das principais rubricas de receitas, é bom reportar, para o período de onze anos 1922-33, os dados relativos aos impostos directos, impostos na troca de riqueza e no consumo, aos monopólios estatais e à lotaria: estes dados permitem-nos compreender as variações sofridas por estas rubricas individuais de receitas, no período de reconstrução e de depressão económica global.

IMPOSTOS

(em milhões de liras)

Anos	Impostos directos	Impostos sobre a troca de riqueza	Impostos indirectos sobre o consumo	Monopólios estatais	Lote
1922-23	4.604	2.289	3.965	2.112	372
1923-24	5.616	2.808	3.976	2.312	402
1924-25	5.569	3.239	4.485	2.276	429
1925-26	5.956	3.718	5.340	2.351	475
1926-27	6.186	3.792	5.263	2.581	481
1927-28	5.595	3.152	5.082	2.740	527
1928-29	5.308	3.321	5.781	2.797	525
1929-30	5.192	3.168	5.321	2.939	554
1930-31	5.004	3.674	5.593	3.088	526
1931-32	4.897	3.726	5.074	3.023	515
1932-33	4.644	3.582	4.644	2.989	483

Ainda no âmbito da política financeira, o Regime tem tomado medidas para unificar as instituições emitentes.

Em homenagem ao princípio fundamental da unidade histórica e política do país, contrariamente a qualquer resíduo regional, o Governo concentrou o poder emissor apenas no Banco de Itália, afastando-o do Banco di Napoli e do Banco di Sicilia, que juntamente com o primeiro ainda gozava deste privilégio particular.

Esta disposição legislativa foi seguida por outra que atribuiu ao Banco de Itália as funções de supervisão de todas as empresas bancárias que cobram depósitos. Desta forma, o exercício do crédito também foi monitorizado diretamente.

Sabe-se também que os bancos depositários também se dedicaram ao financiamento de empresas industriais, comprometendo a sua liquidez e ligando estreitamente os seus negócios económicos aos das empresas financeiras.

A crise económica e o cataclismo financeiro de 1931, com a queda da libra, agravaram a delicada situação daqueles institutos.

O governo fascista deu-lhes a antiga liquidez ao comprar em bloco a carteira de títulos: isto é, todas as ações das empresas por eles financiadas.

Estes bancos, que por vezes também se envolveram em especulações injustificáveis, foram salvos pelo Estado, que criou duas grandes instituições financeiras, dotadas de meios adequados e especializadas em operações de médio e longo prazo: o Istituto Mobiliare Italiano (I.M. .I.) e o Istituto de Reconstrução Industrial (I. R. I.).

Estes dois organismos públicos têm competência para emitir obrigações, admitidas por direito à cotação em bolsa. Em matéria fiscal as duas instituições gozam de tratamento preferencial.

O alcance destas disposições, emitidas com o objectivo de estimular e apoiar a actividade económica, só pode ser avaliado na sua verdadeira extensão quando considerado em harmonia com todas as outras disposições que o governo fascista adoptou no domínio da política de crédito, especialmente em relação ao poderoso programa de financiamento e crédito para obras de utilidade pública e para obras específicas de melhoramento fundiário e agrícola.

Um setor em que a ação do Estado se expressa plenamente é o monetário.

Em todos os lugares a moeda é emitida diretamente pelo Estado ou por instituições bancárias às quais o Estado concedeu esse direito. Assim, o Estado é essencialmente um árbitro quase absoluto no campo monetário; Disso depende a emissão, que deve estar contida nos limites implicitamente estabelecidos pelas necessidades económicas e financeiras de cada país.

Intimamente ligada à política monetária está, por razões óbvias, a do crédito.

Basta pensar no facto de o Estado determinar direta ou indiretamente as variações da taxa de desconto, para compreender a enorme importância que a sua intervenção tem tanto no estímulo ao negócio como no seu abrandamento.

A ação do Estado nesta difícil questão é extremamente delicada; não afeta apenas a atividade produtiva, mas pode causar desigualdades no campo da distribuição e, portanto, favorecer algumas categorias sociais em detrimento de outras.

O governo fascista também neste sector da economia, como no quadro mais complexo da vida económica nacional, harmonizou e coordenou interesses particulares com uma política inspirada nos interesses gerais do país. Por esta razão, a sua política monetária tem como objetivo resistir em todos os momentos às pressões da especulação para proteger, defender e proteger o grande exército de poupadores, que constitui a defesa segura do poder económico da nação.

A recente história monetária do Fascismo documenta a tenacidade das intenções e directivas seguidas.

Quando o fascismo ganhou o poder, a situação monetária no nosso país era muito difícil. Durante os anos de guerra e imediatamente após a guerra, a nossa lira sofreu uma forte desvalorização, como demonstrado pelo preço do ouro expresso em liras correntes:

Valor da lira de papel em lira corrente (ouro) = gr. 0,7919113 de ouro fino Relação entre a lira pré-guerra e a lira atual 3,6661135			
Anos	Preço do ouro	Anos	Preço do ouro
1909-1914	100, 9	1925	484, 2
1915	120, 5	1926	496, 3
1916	127, 4	1927	380, 3
1917	148, 2	1928	366, 9
1918	143, 9	1929	368, 4
1919	192, 3	1930	368, 3
1920	400, 0	1931	370, 1
1921	454, 5	1932	378, 7
1922	408, 2	1933	371, 2
1923	416, 7	1934	378, 1
1924	434, 8		

Nos anos de 1931 e 1932 a lira italiana esteve à mercê da especulação, que a fez flutuar da forma mais desordenada; a instabilidade da taxa de câmbio também afetou o poder de compra da moeda; os preços das mercadorias sofreram variações contínuas e o custo de vida sofreu as consequências.

Após o advento do governo fascista, as fortes flutuações monetárias do período anterior quase desapareceram também devido à détente psicológica imediata e à mão poderosa que segurava o leme do Estado, como demonstram os seguintes dados:

Tendência da cotação do dólar:

4º Trimestre	1922	= 22
1º	»	1923 = 20,6
2º	»	1923 = 20,9
3º	»	1923 = 23
4º	»	1923 = 22,8
1º	»	1924 = 23,2
2º	»	1924 = 22,7
3º	»	1924 = 22,9
4º	»	1924 = 23,1

Imediatamente após 1922, o Governo iniciou uma política enérgica de recuperação financeira: equilíbrio orçamental e reforma fiscal que eliminou o caleidoscópio do pós-guerra para reconduzir as principais fontes de financiamento aos impostos fundamentais.

No entanto, na primeira metade de 1925 a especulação internacional centrou-se na lira italiana e durante o Verão iniciou-se aquela grande ofensiva - de fundo antifascista - que se prolongou até ao Verão do ano seguinte: foi no Verão de 1926 que o preço do dólar subiu para 31,60 e o da libra para 153,68.

O Duce, compreendendo a grande importância política e económica que uma maior desvalorização poderia ter, proferiu um discurso memorável em Pesaro, a 18 de Agosto do ano IV, no qual afirmou solene e decisivamente a tenaz vontade do governo fascista de defender a lira: era a vontade do Duce discurso que esmagou definitivamente a especulação descendente que tinha sido organizada pelo capitalismo internacional.

O efeito psicológico foi imenso. A política e económica foi ainda maior: no final do mesmo ano, 1926, o dólar caiu para 22 liras e a libra para 108: um ano depois do discurso de Pesaro o dólar estava cotado a pouco mais de 18 liras e a libra 88 .

O governo fascista venceu. Mesmo neste campo, em que as forças internacionais tinham sido desencadeadas da forma mais insidiosa, a facção firme e decidida do Duce tinha levado a melhor.

O Duce tinha dito: «Nunca infligirei a este povo maravilhoso de Itália, que há quatro anos trabalha como heróis e sofre como santos, a vergonha moral e a catástrofe económica do fracasso da lira. O regime fascista resistirá com todas as suas forças às tentativas de jugular as forças financeiras adversas, determinado a esmagá-las quando forem identificadas internamente. O regime fascista está disposto, desde o seu líder até ao seu último seguidor, a impor a si mesmo todos os sacrifícios necessários; mas a nossa lira que representa o símbolo da Nação, o sinal da nossa riqueza, o fruto dos nossos trabalhos, dos nossos esforços, dos nossos sacrifícios, do nosso sangue, deve ser defendida e será defendida. E assim como ele prometeu que seria.

Na segunda metade do ano de 1927 a situação monetária mudou completamente e o governo fascista preparou-se para levar a cabo a profunda reforma monetária, levada a cabo no final de 1927, com a estabilização da lira no valor cambial que atingira após a luta extenuante travada. A lira ficou assim estabilizada na chamada “marca dos noventa”.

Fiel ao seu programa, o Governo enfrentou os riscos e sacrifícios que a estabilização ao nível dos 90 exigia, para beneficiar os aforradores, os detentores de títulos de dívida pública e a grande massa de trabalhadores que, pelo menos inicialmente, teriam certamente beneficiado do menor custo de viver. Ele recusou a estabilização em 120; isto era mais fácil e mais conveniente, tanto para o tesouro como para a adaptação ao novo medidor monetário da economia do país, mas teria atingido duramente os poupadores e os trabalhadores: isto é, a nação.

A estabilização foi, portanto, decidida na base de 19 liras por dólar, o que equivalia a cerca de 90 por libra, com uma reavaliação, face à média de 1924, que atingiu quase 20% do valor. E foi mantido com uma tenacidade inesperada e impensável. Tanto que a libra caiu - um acontecimento de enorme significado económico - arrastando para baixo num curto espaço de tempo a moeda de todos os países financeiramente vassalos da Inglaterra; o dólar caiu: a lira italiana não caiu apesar dos ataques furiosos da especulação vinda de além dos Alpes e do exterior.

Este facto é verdadeiramente único na história monetária dos países civilizados: enquanto o colapso monetário ocorria em todo o mundo, a Itália fascista, graças à sua economia sólida e harmoniosa e à sua maravilhosa unidade política, soube resistir a todos os ataques.

Em 2 de Outubro de 1931, imediatamente após a queda da libra, o Grande Conselho do Fascismo fez uma declaração solene na qual, tomando nota da continuidade da política monetária do Governo e das directivas dadas para mantê-la inalterada mesmo na situação internacional excepcional, reafirmou que a estabilidade da moeda era necessária e compatível com os reais interesses económicos da Nação.

O Grande Conselho recordou que a estabilidade da moeda, baseada no equilíbrio da balança de pagamentos e garantida pela deflação da circulação, pelas reservas pré-estabelecidas e pelo ajustamento dos preços dos bens e serviços ao nível da nossa moeda, evitou novas perturbações prejudiciais nas relações de distribuição que teriam sobrecarregado o trabalho e a poupança do povo italiano.

Os salários e os preços foram ajustados ao novo valor monetário, através de uma acção cuidadosa, decisiva e precisa que constituiu - num período de situação económica tão adversa - o soberbo teste à força unitária do Regime e à solidez e eficácia do sindicato e organizações corporativas.

Neste campo o trabalho realizado pelo Partido Fascista foi maravilhoso, sem paralelo: o povo italiano comportou-se magnificamente, sacrificando - de acordo com as normas da vida fascista - interesses de categorias particulares para alcançar os mais elevados objectivos nacionais. A política económica do Regime conseguiu equilibrar benefícios e danos com um sentido de justiça tão elevado, que só um período de alta tensão ideal com uma massa permeada pela consciência corporativa poderia permitir que fosse alcançado.

POLÍTICA COMERCIAL

Os economistas liberais exaltaram a função do comércio internacional como uma grande conquista civil.

Ninguém pode negar que as grandes correntes de tráfico têm distribuído os produtos dos mais diversos países por toda a superfície do globo, contribuindo para elevar o padrão de vida dos povos e levando o fruto da civilização aos quase primitivos.

Mas na exaltação não faltou a habitual construção abstrata e dogmática que o tempo inexoravelmente dissolve com as duras lições da realidade.

Para se ter uma ideia precisa da importância do comércio internacional e da função que desempenha na economia do nosso país, é oportuno examinar o valor global das importações e exportações, formando a chamada balança do comércio internacional (saldo de troca).

Anos	Valor (em milhares de libras)		
	Importação	Exportação	Diferença
1913	3.645.639	2.511.639	1.134.000
1914	2.923.348	2.210.404	712.944
1926	25.878.857	18.664.520	7.214.337
1927	20.374.800	15.633.986	4.740.814
1928	22.313.113	14.998.982	7.314.131
1929	21.664.760	15.235.977	6.428.783
1930	17.346.624	12.119.181	5.227.443
1931	11.643.059	10.209.503	1.433.556
1932	8.267.562	6.811.913	1.455.649
1933	7.431.792	5.990.553	1.441.239

Os dados acima mencionados demonstram que o volume de importações e exportações diminuiu significativamente após 1926.

A diferença entre o valor dos bens importados e o dos bens exportados ultrapassa os 7 mil milhões de libras, tanto no ano de 1926 como em 1928. Depois de 1930 e precisamente no triénio 1931-33, estabiliza em cerca de mil milhões e 400 milhões de libras.

A passividade da balança comercial não teria grande importância se a chamada balança de pagamentos, também chamada de balança internacional de débito e crédito, pudesse ainda contar com as remessas substanciais dos emigrantes, com o ouro dos estrangeiros e com o frete marítimo. . Infelizmente, porém, dadas as contínuas restrições que têm ocorrido nas relações internacionais, e dado que essas rubricas não têm um carácter estável, a dívida comercial deve ser cuidadosamente observada, pois caso contrário, para a saldar, na ausência daquelas rubricas compensatórias que temos mencionado (remessas de emigrantes, fretes, etc.), há apenas a transferência de ouro.

Para dar uma imagem precisa do nosso comércio exterior, reportamos uma série de dados relativos às importações e exportações das principais categorias de bens comercializados internacionalmente.

ESTATÍSTICAS COMERCIAIS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

EXPORTAÇÃO

Categorias	Valor (Liras)				
	1930	1931	1932	1933	1934
	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões
Animais vivos - carnes, caldos, sopas e ovos - leite e produtos lácteos - produtos da pesca . . .	662	766	402	294	253
Coloniais e seus substitutos, açúcares e produtos açucarados .	78	65	57	41	32
Cereais, leguminosas, tubérculos e seus derivados alimentares . .	505	376	376	408	281
Legumes e frutas	1563	1313	1091	1007	879
Bebidas	234	225	127	138	156
Sal e tabaco	70	70	50	52	50
Sementes e frutas oleaginosas e seus resíduos - óleos e gorduras e ceras animais e vegetais - óleos minerais, resinosos e de alcatrão, gomas e resinas - sabões e velas	536	385	252	178	129
Cânhamo, linho, juta e outros vegetais filamentosos, incluindo algodão - lã, cabelos e cabelos - seda e fibras artificiais - roupas, linho e outros itens costurados	4805	3559	2282	1984	1760
Minérios metálicos, cinzas e escórias - ferro fundido, ferro e aço - cobre e suas ligas - outros metais comuns e suas ligas - artigos diversos de metais comuns	241	679	152	190	210

Categorias	V a l o r (Lira)				
	1930	1931	1932	1933	1934
	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões
Máquinas e aparelhos - ferramentas e instrumentos para artes e ofícios e para a agricultura - instrumentos científicos e relógios - instrumentos musicais	289	362	328	210	197
Armas e munições	72	44	12	29	32
Veículos	426	567	280	281	165
Pedras, terras e minerais não metálicos - tijolos e materiais cimentícios - produtos das indústrias cerâmicas - vidros e cristais	465	386	313	251	217
Amianto, grafite e mica	21	14	5	5	5
Madeira e cortiça - produtos de papel, cartão e artes gráficas . . .	241	185	135	124	116
Palha e outros materiais para entrançar - materiais para escultura e incrustação	48	45	33	29	28
Peles	367	305	166	157	151
Produtos químicos e fertilizantes inorgânicos e orgânicos - medicamentos e produtos farmacêuticos - corantes e produtos cia - goma elas e guta percha . .	562	444	323	277	228
Pedras preciosas, prata, platina e artigos em metais preciosos - ouro e moedas de ouro e prata	307	222	79	125	250
Artigos de moda, calçados e efeitos de uso pessoal não incluídos em outras categorias - armarinhos, brinquedos e escovas	419	365	256	190	161
Materiais vegetais não incluídos em outras categorias	97	100	64	58	75
Materiais animais não incluídos em outras categorias	16	7	6	5	7
Produtos diversos	98	80	40	31	29

Categorias	V a l o r (Lira)				
	1930	1931	1932	1933	1934
	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões
Animais vivos - carne, caldos, sopas e ovos - leite e produtos lácteos - produtos da pesca	1364	1026	656	466	486
Coloniais e seus substitutos, açúcares e produtos açucarados	433	316	249	230	202
Cereais, leguminosas, tubérculos e seus derivados alimentares	2093	1264	848	311	324
Legumes e frutas	58	69	57	46	55
Bebidas	27	24	12	16	13
Sal e tabaco	101	49	75	44	43
Sementes e frutas oleaginosas e seus resíduos - óleos e gorduras e ceras animais e vegetais - óleos minerais, resinosos e de alcatrão, gomas e resinas - sabões e velas	1736	1466	925	785	764
Cânhamo, linho, juta e outros vegetais filamentosos, incluindo algodão - lã, cabelos e cabelos - seda e fibras artificiais, vestuário, linho e outros objetos costurados	3337	1971	1672	1771	1667
Minérios metálicos, cinzas e escórias - ferro fundido, ferro e aço - cobre e suas ligas - outros metais comuns e suas ligas - artigos diversos de metais comuns	1498	897	586	627	678
Máquinas e aparelhos - ferramentas e instrumentos para artes e ofícios e para a agricultura - instrumentos científicos e relógios - instrumentos musicais . .	1236	802	557	532	556

Categorias	Valor (Lira)				
	1930	1931	1932	1933	1934
	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões	Milhões
Armas e munições	16	17	13	3	6
Veículos	190	82	84	84	86
Pedras, terras e minerais não metálicos - tijolos e materiais cimentícios - produtos das indústrias cerâmicas - vidros e cristais	1713	1336	891	911	1085
Amianto, grafite e mica	33	28	18	15	22
Madeiras e cortiça - papel, cartão e produtos para artes gráficas	1134	789	541	519	543
Palha e outros materiais para entrançar - materiais para escultura e incrustação	69	45	26	25	29
Peles	646	436	297	326	319
Produtos químicos e fertilizantes inorgânicos e orgânicos - medicamentos e produtos farmacêuticos - produtos de..tinturaria e curtimento - goma de elasa e guta percha	791	491	362	379	415
Pedras preciosas, prata, platina e artigos em metais preciosos - ouro e moedas de ouro e prata	568	608	225	1479	215
Artigos de moda, calçados e efeitos de uso pessoal não incluídos em outras categorias - armarinhos, brinquedos e escovas	127	91	84	73	61
Materiais vegetais não incluídos em outras categorias	145	107	121	81	98
Materiais animais não incluídos em outras categorias	21	14	12	9	11
Produtos diversos	97	63	37	44	57

É apropriado examinar cuidadosamente os itens mais importantes de importação e exportação de mercadorias.

Uma primeira observação de fundamental importância diz respeito ao trigo.

Enquanto na década anterior à guerra a importação era de cerca de 13 milhões de quintais, de 1919 a 1927 oscilou de 21 a 27 milhões de quintais. O prodigioso resultado da batalha do trigo ficou plenamente evidente em 1934, quando a importação líquida de trigo atingiu aproximadamente um milhão e meio de quintais.

Contudo, a importação de milho manteve-se quase constante e, nos últimos seis anos, se abstrairmos de 1933, oscilou entre 6 e 8 milhões de quintais por ano.

As importações de hulha, ferro e madeira registaram um grande aumento, especialmente no período 1925-30, em comparação com o período anterior à guerra. Nos últimos dois anos diminuíram consideravelmente.

A melhoria do nível de vida da população italiana e o consequente aumento do consumo de carne levaram a um aumento na importação de gado vivo e de carne em comparação com o período anterior à guerra.

As importações de algodão estão estagnadas nos níveis anteriores à guerra. O grande desenvolvimento da indústria automóvel e a utilização cada vez maior do motor de combustão interna na indústria e nos transportes tem sido a causa do aumento de dez vezes nas importações de gasolina.

A importação de lã também apresentou aumentos muito fortes. Da mesma forma que o das oleaginosas.

Estas são as características fundamentais que o comércio de importação apresenta no nosso país.

Nossas exportações podem ser caracterizadas distinguindo os produtos de acordo com a forma de atividade que os produz. Fortes contrações marcam as nossas exportações de produtos lácteos e cânhamo. As nossas exportações de frutas e vegetais continuam elevadas.

A exportação de tecidos de algodão pode ser considerada estacionária. No entanto, registou-se um forte aumento na exportação de tecidos e fios de lã e de produtos de seda e rayon.

O fascismo, para retirar o país da dependência externa, especialmente para certos consumos fundamentais, para manter viva e eficiente a tendência exportadora e também para conquistar novos mercados a fim de encontrar escoamentos adequados para a crescente produção agrícola e industrial, levou a cabo um complexo processo económico e política, fez um esforço tenaz apesar dos milhares de obstáculos, nem sempre justificados, que foram colocados no seu caminho.

E isto é verdadeiramente maravilhoso quando se considera que estas posições foram mantidas, apesar da crise violenta que chocou a economia de todos os países civilizados.

Para ter uma noção precisa da natureza e da direção dos nossos fluxos de comércio exterior, é necessário examinar a origem das nossas importações e o destino das nossas exportações. Acima de tudo - na crescente anemia do comércio, provocada pelas medidas de autarquia económica que todos os países estabeleceram, desde quotas a proibições e limitações cambiais - é necessário olhar para os saldos individuais da balança comercial, para actuar adequadamente no sistema de compensações ou trocas equilibradas, que o governo fascista realizou.

A nossa balança comercial é significativamente negativa com a Jugoslávia e a Roménia na Bacia do Danúbio, com a Alemanha na Europa Central, com os Estados Unidos nas Américas, com a Índia britânica na Ásia. Mas a Rússia, o Brasil, o Canadá, a Tunísia, a Bélgica, o Luxemburgo e a África do Sul britânica também têm uma balança comercial que nos é desfavorável.

As nossas exportações excederam as importações no comércio com o Egipto, a Grécia, a Turquia, a Polónia e a Checoslováquia; A balança comercial com a Suíça, a França e em 1933 com a Argentina foi muito favorável para nós.

A Itália importa gado da Jugoslávia, Hungria e Roménia; carnes frescas e congeladas da África do Sul Britânica, Argentina, Brasil e Uruguai. Aves especialmente da Jugoslávia, ovos da Jugoslávia, Polónia e Turquia.

O trigo vem especialmente dos Estados Unidos, Austrália, Rússia, Argentina e Canadá; milho da Roménia e Argentina.

O algodão é comprado principalmente dos Estados Unidos e secundariamente da Índia britânica e do Egito. O ferro vem da França e da União Belga-Luxemburguesa; carvão da Grã-Bretanha e da Alemanha, da Polónia e da Rússia; gasolina da Rússia, Pérsia, Roménia e Estados Unidos.

Lã da Austrália, Argentina e África do Sul Britânica.

Madeira da Iugoslávia, Austrália, Rússia e Estados Unidos.

A observação dos factos mostra que com o Império Britânico no seu conjunto temos um equilíbrio claramente desfavorável. Por outro lado, a política aduaneira iniciada pelo referido império – após a VIII Conferência – tende a conter as importações estrangeiras até um limite mínimo. O mesmo se aplica a muitos outros países com os quais mantemos relações comerciais. O mesmo se aplica aos Estados Unidos que fecharam as portas à nossa emigração e levantaram barreiras alfandegárias muito elevadas.

A mesma observação da realidade levanta espontaneamente as seguintes questões: é realmente essencial comprar os bens de que necessitamos em países hermeticamente fechados à exportação dos nossos produtos? Para melhorar a nossa balança comercial, não é possível agir sobre estes fluxos de tráfego para torná-los mais favoráveis para nós?

Mesmo neste campo, e especialmente neste campo, o declínio do liberalismo económico já se manifestou em formas e aspectos inequívocos. As lições que a história económica dos últimos anos nos deu são sugestivas e definitivas a este respeito. O fim do liberalismo económico interno é inexoravelmente seguido pelo liberalismo económico externo.

Poucos países, talvez nenhum país, podem encerrar-se num isolamento mais ou menos feliz e realizar todas as suas actividades dentro das suas próprias fronteiras. A Itália, então, que certamente não foi favorecida pela natureza como outros países o foram, é talvez menos propensa do que aqueles a fechar-se na autarquia económica. É portanto necessário exportar os nossos próprios produtos agrícolas e industriais para podermos fornecer especialmente os materiais indispensáveis que faltam ao nosso solo.

Daí a política de compensação, que se harmoniza perfeitamente com os postulados do Estado corporativo. Um Estado em que a produção é regulada e controlada, em que a iniciativa privada não é livre para se desenvolver como quer e onde quer, deve também regular os fluxos de tráfego, regulando também o comércio internacional.

O Chefe, de facto, afirmou repetidamente que a política económica externa ainda não pode ser levada a cabo segundo as linhas de sistemas mais ou menos liberais herdados de um mundo ultrapassado. Uma economia corporativa em termos de comércio internacional não pode permanecer escrava da cláusula da Nação Mais Favorecida, o derradeiro fetiche liberal, reafirmado em teoria em todos os fóruns económicos internacionais, apenas para ser negado na prática imediatamente a seguir, através de uma série de limitações que a esvaziam, de qualquer conteúdo real ou até mesmo cancelá-lo.

Nem todos os países aplicaram esta filha legítima do liberalismo na sua forma mais liberal (ilimitada, incondicional, recíproca). Sofreu os maiores golpes, não tanto pelo aumento das barreiras alfandegárias, mas pelas proibições e quotas de importação. Os acordos preferenciais, como o de Ottawa, as limitações ao comércio cambial, os acordos de compensação, desferiram-lhe golpes muito duros.

Os países que foram os primeiros a abandonar o livre comércio foram precisamente aqueles que tinham menos razão para isso, porque eram favorecidos pela natureza, ricos em matérias-primas e capital: os mesmos que o criaram e o teorizaram, também porque atendiam muito bem aos seus interesses particulares.

Por outro lado, no que diz respeito ao conceito liberal na organização do comércio internacional, há que ter em conta que o desenvolvimento industrial está a alterar profundamente os fluxos de tráfego tradicionais.

A distinção entre países agrícolas e industriais está a perder a maior parte das razões substanciais que a justificam. Cada país tende a tornar-se mais independente também por razões de segurança. As descobertas científicas e o progresso técnico mudam continuamente os termos do complexo problema: matérias-primas antes consideradas insubstituíveis são agora substituídas; os monopólios naturais para certos produtos caem quando confrontados com produções sintéticas inesperadas. A ciência, com o seu progresso incessante, tem contribuído para tornar economicamente possíveis os processos de produção em países onde há alguns anos era uma loucura esperar por eles.

Assistimos verdadeiramente a uma profunda revolução técnica, económica e social.

Dado o apego tradicional à cláusula da Nação Mais Favorecida, o sistema de comércio equilibrado ou comércio negociado ou comércio compensado, como se diz hoje, não foi favorecido em princípio. Observou-se que este sistema não poderia ser implementado, porque o comércio exterior não pode terminar com um ponto de equilíbrio aritmético, pois a compensação indireta não pode ser eliminada no comércio internacional; repetiu-se que isso teria complicado a organização do tráfico e tornado necessária uma enorme burocracia; que em alguns casos teria sido inaplicável.

Tais críticas resultaram especialmente de uma profunda incompreensão das finalidades e objectivos visados pelo sistema de trocas equilibradas; ninguém jamais pensou que este pudesse ser um sistema eterno; nem que visasse um ponto de equilíbrio aritmético: tratava-se apenas de uma medida de política económica de natureza contingente, que no entanto poderia trazer benefícios significativos ao nosso país, dada a situação económica específica em que se encontra.

É claro que o sistema de compensação não resolve o problema dos preços: este permanece, como o Duce colocou e dentro dos limites das negociações entre países que têm uma necessidade mútua de exportar.

Pode-se assim concluir que, especialmente no actual momento económico, cuja duração é difícil de prever, ganham grande importância as compensações comerciais que, baseadas na nossa posição como compradores de matérias-primas, permitem a maior colocação possível dos nossos produtos.

O COMÉRCIO

No passado existiam apenas comerciantes: hoje o comércio italiano existe, porque o Regime, através da organização, deu uma personalidade unitária e orgânica a esta forma insubstituível de actividade económica.

O Duce disse que a função do comércio é levar mercadorias de forma rápida e racional ao consumidor: esta é a sua tarefa essencial.

O comércio retalhista constitui uma grande parte da vida nos centros urbanos. O comércio grossista, que inclui também o comércio de exportação, emprega milhares de pessoas e constitui uma das mais altas expressões da vida civil.

Observou-se que no comércio a técnica se transforma em vida. Nesse sentido, o comércio é luta: luta que começa na pequena loja da família e se estende até a loja de departamentos, que acontece na bolsa, no banco e pode fornecer as armas para conquistas formidáveis. Se a agricultura e a indústria resultam na produção de novos bens económicos, isto é, na transformação da matéria, o comércio provoca transformações que ocorrem no espaço, porque os bens são trazidos dos centros de produção para os centros de consumo.

A Itália fascista que não ignora nenhum sector da actividade económica, que valoriza as grandes tradições da pátria, que tem o culto aos títulos de nobreza conquistados pelo nosso povo nas guerras e nas artes, na indústria e no comércio, que não esquece a glória de Veneza e de Génova, como de Pisa e Amalfi, não poderia deixar de dedicar toda a sua atenção a esta forma de actividade, equilibrando-a com as disposições trazidas aos restantes ramos da actividade económica do regime.

A Itália precisa de se expandir e, portanto, deve também conquistar as grandes rotas dos continentes e oceanos através do comércio pacífico; assim, os comerciantes podem realizar um magnífico trabalho de penetração que, com as mercadorias trocadas, leva o nome e o poder da Itália aos países mais distantes. As forças comerciais da Itália já se mostraram à altura da tarefa, até porque o governo fascista foi livre comércio dos preconceitos hostis que tanto o desmoralizaram e degradaram. Curar, dar nova vida às correntes mercantis, dar nova consideração à função do comerciante que não é egoísta e ganancioso, mas que é, como a dos outros produtores, um elemento indispensável da organização económica.

Normalmente quando falamos em comércio atacadista nos referimos às correntes internacionais. Isto é demonstrado pelo facto de as estatísticas oficiais de quase todos os países incluírem os números relativos às exportações e importações na referida rubrica. Esses dados esquecem completamente as correntes muito importantes que se movem dentro de cada país para alimentar os seus mercados.

O Duce, falando aos comerciantes no dia 26 de Outubro do ano X, em Milão, afirmou que a função do comércio é insubstituível, representando um factor histórico. Esta declaração aplica-se tanto ao comércio grossista como retalhista. O grossista é, de facto, um colaborador eficaz e um valioso conselheiro do fabricante. É capaz de avaliar a capacidade de consumo de mercados individuais em relação a diferentes bens; melhor do que qualquer outro, pode estabelecer o equipamento necessário para distribuir bens aos pequenos consumidores. Neste sentido, a saudável actividade económica desenvolvida pelo grande comerciante é extremamente benéfica, tanto porque possui conhecimentos específicos e integrais no mercado daquela determinada mercadoria num determinado local, como porque cumpre a função irreprimível de intermediário e é, portanto, um elemento fundamental da economia nacional.

No que diz respeito à economia corporativa, o comércio grossista pode facilitar a realização rápida e económica de formas específicas de disciplina de produção. A operação de armazéns para fins de conservação de produtos, especialmente aqueles facilmente perecíveis, a organização de procedimentos técnicos para a rápida reabsorção de estoques não vendidos ou invendáveis e para a renovação racional de lotes de estoque, podem ser abordadas com sucesso por comerciantes atacadistas corporativos organizados .

Desta forma, o comércio em grande escala cumpre perfeitamente uma elevada função corporativa.

Mas o sistema através do qual é realizada a distribuição de mercadorias inclui centenas de milhares de pequenas empresas. É através do trabalho dos lojistas que os produtos da agricultura e da indústria chegam aos mais remotos vales montanhosos e às quintas mais distantes.

A importância e influência que o comércio a retalho pode exercer na vida social justifica a fiscalização a que está sujeito, os controlos que sobre ele são exercidos e a disciplina que lhe é imposta; Precisamente por esta função de dar vida a todas as áreas remotas, de permitir que cada produto seja acessível em qualquer lugar ao consumidor mais modesto, o comércio a retalho parece merecer uma consideração especial.

As empresas de comércio varejista somam aproximadamente 550.000 com 1.500.000 pessoas empregadas, das quais 60% são proprietários, gestores e suas famílias, e 40% são empregados efetivos.

A maioria é, portanto, constituída por empresas familiares, nas quais as mulheres participam em proporções muito notáveis.

Uma noção mais precisa sobre a natureza dos negócios comerciais e sua importância pode ser obtida na tabela abaixo:

NEGÓCIOS COMERCIAIS DE ACORDO COM O NÚMERO DE COLABORADORES

(valores para 100 exercícios de cada categoria)

Categorias	1 funcionário	De 2 a 5 funcionários	De 6 a 10 funcionários	Além dos funcionários
Comércio atacadista:				
Animais vivos	61, 4	33, 5	3, 1	2, 0
Mantimentos	49, 2	42, 0	5, 4	3, 4
Fios, tecidos, etc.	18, 6	47, 0	18, 3	16, 1
Comércio varejista:				
Metais, máquinas, etc. . . .	43, 8	47, 1	5, 6	3, 5
Mantimentos	60, 5	38, 8	0, 6	0, 1
Fios, tecidos, etc.	59, 4	38, 2	1, 8	0, 6
Móveis, vidros, etc.	52, 9	42, 0	3, 6	1, 6
Objetos de arte	57, 5	39, 4	2, 2	0, 9
Produtos Químicos.	58, 8	38, 3	1, 9	1, 0
Misturado	64, 1	33, 6	1, 3	1, 0

No nosso país o número de lojas de retalho não parece proporcional às necessidades de distribuição dos produtos. A relação entre a população atendida e o número de lojas é um pouco inferior à encontrada em outros países. Enquanto em Itália o número de lojas é de uma para cada 75 habitantes, na Suíça a proporção sobe para 80, em Inglaterra é de 77, nos Estados Unidos da América 79, na Alemanha 78.

O consumo nacional e grande parte do dinheiro necessário à produção passam por esta rede de distribuição de consumo, na qual quase 4 milhões de habitantes encontram a sua fonte de actividade e, portanto, o seu meio de vida.

Se é indiscutível a função muito útil desempenhada por estes pequenos comerciantes, há que assumir que o seu número é superior ao que seria tecnicamente necessário e economicamente útil para a distribuição dos produtos. Em muitos centros urbanos médios e pequenos estes pequenos negócios multiplicaram-se excessivamente; o empresário afirma ganhar a vida para toda a família com um capital muito modesto e atendendo a um pequeno número de clientes. Esta orientação, particularmente acentuada no pós-guerra e durante a inflação, também favorecida pelo êxodo rural que ocorreu intensamente na época, foi estigmatizada pelo governo fascista; que pretende reduzir o custo de cada serviço ao necessário e eliminar corpos supérfluos.

Com o objectivo de reduzir o custo de distribuição dos bens desde a produção até ao consumo e de adaptar os preços retalhistas aos preços grossistas o mais rapidamente possível - evitando as consequências da chamada viscosidade, cara aos adoradores do “laissez faire, laissez passer” - o a ordem corporativa do Estado fascista agiu e atua incessantemente.

Assim como uma tarefa muito importante da acção empresarial em termos de moralização do comércio e da protecção do consumidor é a defesa contra a adulteração e a fraude.

A economia liberal também pode esperar que o consumidor ou o tempo façam justiça aos produtos não genuínos: a economia corporativa não pode. Não só isso, mas na luta económica entre produtos genuínos e substitutos, entre produções genuínas e adulterações, fiel ao seu princípio, deve inspirar a acção ao interesse prevalecente que coincide com o da comunidade nacional.

No discurso proferido pelo Duce no Capitólio em 33 de Março XIV, à Assembleia das Corporações, foram traçados os desenvolvimentos da economia fascista.

«O cerco económico – disse ele – levantou uma série de problemas, que podem ser resumidos nesta proposição: a autonomia política, isto é, a possibilidade de uma política externa independente, não pode mais ser concebida sem uma capacidade correlata de desenvolvimento económico. autonomia. Aqui está a lição que nenhum de nós esquecerá!

«Enganam-se aqueles que pensam que uma vez terminado o cerco voltaremos à situação de 17 de novembro. 18 de novembro de 1935 é hoje uma data que marca o início de uma nova fase na história italiana. O dia 18 de novembro traz consigo algo definitivo, eu diria irreparável. A nova fase da história italiana será dominada por este postulado: alcançar a máxima autonomia possível na vida económica da Nação no menor tempo possível.»

E passando à análise, o Chefe deu o panorama futuro da economia italiana, que se apoiará nestes pilares.

Nenhuma inovação substancial na economia agrícola, que continua a ser de base privada, regulada e apoiada pelo Estado e harmonizada, através das Corporações, com outras actividades económicas nacionais.

No que diz respeito ao comércio exterior, reiterou a sua fisionomia como função direta ou indireta do Estado com carácter duradouro e não contingente; enquanto o comércio interno permanece confiado à iniciativa individual ou associativa, bem como à média e pequena indústria.

O crédito já está colocado, com medidas recentes, sob o controle do Estado. E assim também, sem precipitação mas com decisão fascista, será a grande indústria, que assumirá um carácter especial, na órbita do Estado, com gestão directa ou indirecta, ou com controlo eficiente.

III.
AGRICULTURA ITALIANA E POLÍTICA
RURAL DO REGIME

CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA ITALIANA

A ITÁLIA possui uma área territorial de 3x0. 107 km², composto por 4/5 montanhas e colinas e apenas 1/3 planície

Nesta superfície limitada, em 21 de Abril de 1931-XI, vivia uma população de mais de 41 milhões de habitantes, com uma densidade média de 133 pessoas por quilómetro quadrado; hoje somos mais de 43 milhões (140 por quilómetro quadrado).

A população dedicada à agricultura gira em torno de 20 milhões de indivíduos reunidos em aproximadamente 4 milhões de famílias rurais, com média de 5 membros.

Sabe-se que as condições de fertilidade do solo italiano não são das mais felizes. Foi lembrado que é predominantemente montanhoso e acidentado: a planície se estende por apenas 6.446.238 hectares. Mas parte desta planície é constituída por terras que se encontram em condições difíceis para a produção agrícola, dada a má distribuição das chuvas que as torna excessivamente áridas para poderem realizar uma agricultura rica: recordamos em particular o Tavoliere da Puglia e o Campidani de Cagliari e de Oristano na Sardenha.

Muitas vezes a planície estava malárica devido à desordem hidráulica resultante do regime torrencial dos rios e do desmatamento das montanhas.

Apesar destas infelizes condições naturais, o povo italiano foi obrigado a utilizar quase toda a superfície para cultivo, devido à elevada densidade populacional num território naturalmente pobre, com desenvolvimento industrial limitado e localizado, na ausência de colónias rentáveis. Tanto que apenas 8% da área terrestre é improdutiva: o restante é cultivado e o percentual máximo de uso ocorre em terrenos acidentados.

Mesmo onde admiramos uma agricultura particularmente intensiva, como no Vale do Pó, esta é o resultado de enormes obras de melhoramento realizadas ao longo dos séculos, que com água ou contra água, através de irrigação, drenagem ou enchimento, formaram uma nova natureza.

O mesmo se pode dizer da maravilhosa disposição montanhosa do centro, sul e insular da Itália, que constitui uma construção do trabalho do agricultor italiano, que muitas vezes carregava nos ombros a terra que tinha de acolher no seu ventre e nutrir a planta.

Mas para melhor compreender a natureza e a extensão dos problemas de política agrária enfrentados pelo governo fascista, é apropriado investigar mais aprofundadamente as condições ambientais em que se desenrola.

DISTRIBUIÇÃO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO

Repartição geográfica	Terra arável	Culturas lenhosas especializadas	Terreno firme	Superfície improdutiva	Superfície territorial
Norte da Itália . .	4.577	421	6.310	1.563	12.871
Itália Central . .	2.834	229	2.443	325	5.831
Sul da Itália . . .	3.260	1.068	2.619	382	7.329
Itália Insular . .	2.164	514	2.080	222	4.980
Reino . . .	12.835	2.232	13.452	2.492	31.011

1) Prados e pastagens permanentes, matas e castanheiros, áreas produtivas não cultivadas.

A área agrícola florestal mede 28.519.000, dos quais mais de 15 milhões são constituídos por terras agrícolas propriamente ditas. Destes, 12.835.000 são representados por terras aráveis simples e arborizadas e 2.232.000 por culturas lenhosas especializadas.

Prados e pastagens permanentes aparecem apenas em cerca de 6 milhões de hectares. As matas, incluindo os castanheiros, estendem-se por 5.561.000 hectares. As terras produtivas não cultivadas, especialmente frequentes na cordilheira dos Apeninos, chegam a 1.700.000 hectares.

Globalmente, portanto, as terras aráveis dominam outros tipos de culturas, com 45% da área agrícola e florestal.

Seguem-se os prados e pastagens permanentes com 21,7%, os bosques com 7,8%.

Neste ambiente são criados 7 milhões de bovinos, 1 milhão de ovinos, 3.300.000 suínos, 1.900.000 caprinos. Os cavalos chegam a quase um milhão, os burros, mulas e hinnies chegam a cerca de 1.400.000. Cerca de 15 mil búfalos também são criados.

O povo italiano é um povo em marcha. Há um século, cerca de 21 milhões de habitantes viviam dentro das mesmas fronteiras do Reino; hoje ultrapassamos os 43. Na última década a população aumentou aproximadamente três milhões e meio. O Estado fascista, consciente dos problemas que uma tão elevada densidade populacional causa, orientou-se decididamente para uma política rural. E isto porque a população rural possui no mais alto grau a virtude da poupança e da tenacidade nas resoluções, a probidade de vida e o sentido de continuidade, o amor à terra e ao trabalho: qualidades que, pelo contrário, são cada vez mais atenuadas nas populações de as grandes cidades, onde tentam viver uma vida “confortável”, onde os egoísmos mais imaturos são desenfreados, onde o sentido de solidariedade humana substancial e não apenas aparente sofreu os golpes mais duros.

A Itália deve ser ruralizada mesmo que isso demore milhares de milhões e meio século, disse o Chefe. Dado que a ruralidade não só assegura o desenvolvimento demográfico, que constitui uma das maiores expressões do poder de um povo (os rurais são os mais prolíficos), mas também assegura a saúde física e moral da raça, salvaguarda os grandes ideais de vida, resume-se na família, sente toda a beleza do trabalho criativo, estimula a virtude da poupança. Porque o objetivo almejado por todo trabalhador é alcançar a propriedade da terra, transformando-se de trabalhador em assentado, de assentado em pequeno arrendatário ou pequeno proprietário / apegar-se à sua terra que ama e que desejou como sua maior aspiração.

Portanto, na sua política de ruralização, o Regime tende a fixar o camponês à terra, combatendo o trabalhador anónimo e quase nómada e estimulando a difusão de formas de colónia e partilha, bem como incitando, como veremos, à expansão de pequenas propriedade.

«A alma da nossa raça, que viveu historicamente a passagem da vida rural para a urbana e que desenhou expressões admiráveis da arte, da vida social e religiosa, sabe bem como todo o edifício da sociedade se constrói sobre a agricultura e a prosperidade social »

Assim se expressou o Duce num discurso proferido na 7ª assembleia do Instituto Internacional de Agricultura, em 2 de maio de 1924. O Chefe advertiu que outras atividades produtivas podem ser mais impressionantes na grandeza localizada de suas manifestações, mais fáceis de gerar lucro, mas nenhum tão augusto e essencial. Pois, finalmente, tudo poderia ser imaginado como sendo tirado da humanidade suas soberbas expressões de força e conquista, mas nunca, enquanto a raça humana existir, nunca a arte de tirar da mãe terra o que é necessário para sustentar a vida.

Foi tendo em mente as virtudes rurais do povo italiano que o Duce, no primeiro congresso agrícola colonial em Trípoli, afirmou que uma nova geração está a surgir em Itália, a geração moldada pelo fascismo: poucas palavras e muitas acções. Tenacidade, perseverança, método, todas as virtudes às quais o italiano parecia negado deverão se tornar amanhã, e já são em parte, virtudes fundamentais do carácter italiano.

Por estas razões fundamentais, o fascismo dedicou o seu cuidado mais diligente ao desenvolvimento da agricultura.

Em muitas ocasiões o Chefe expressou inequivocamente a sua fé no desenvolvimento da agricultura italiana, a base da economia, um baluarte contra o urbanismo.

Paralelamente à política agrícola, o fascismo desenvolveu a política florestal e de montanha, daquelas montanhas «que salvaguardam a nossa maior planície e constituem a espinha dorsal da Península: a política do regime visa apoiar a população serrana para fins pacíficos e para os militares. “

«Entre o mar e as montanhas estendem-se vales e planícies: a nossa terra, bela, mas estreita, trinta milhões de hectares para 42 milhões de homens. Surge um imperativo absoluto: devemos dar a máxima fecundidade a cada torrão de terra. O fascismo reivindica plenamente o seu carácter camponês. Daí a política rural do Regime nas suas diversas vertentes: o crédito agrícola, a recuperação integral, a elevação política e moral das gentes dos campos e das aldeias. Somente com o fascismo os camponeses entraram plenamente na história da pátria. Volte o seu olhar para o Agro Romano e testemunhará a profunda transformação agrária em curso »

Com este estilo inimitável, o Duce definiu, na Assembleia Quinquenal do Regime, no dia 1 de Março do ano V II, as razões fundamentais que explicam porque o Regime implementa uma política rural.

A nova política agrária iniciou sua plena atividade no ano de 1925.

O Duce, nos anos anteriores, dedicou a sua prodigiosa actividade a um trabalho de ordenação, revisão e arranjo, porque, em vez de se precipitar sobre a máquina estatal para a destruir como fez a revolução russa, quis “harmonizar o antigo com o novo; o que é sagrado e forte está no passado, o que é sagrado e forte nos traz, em seu ventre inesgotável, o futuro.”

Em toda a acção política do Regime, mas em particular na rural, destaca-se o nome de Arnaldo Mussolini, uma grande alma e uma grande mente, arrancada da Nação por uma tragédia que só aqueles - como escreveu o Duce - que são «continuação»

A reconstrução florestal da Itália era um dos seus objetivos precisos; ele fundou e presidiu o Comitê Florestal Italiano, a força motriz por trás do renascimento silvestre.

Dois grandes desafios caracterizam a parte central da política rural do Regime:

a batalha do trigo,
recuperação completa.

Ambos concebidos, desejados e orientados pelo Duce.

Vamos começar com o primeiro.

A BATALHA PELO GRÃO

O Duce, um puro gênio latino, não é apenas um líder e estudioso, mas também um poeta:

Você ama pão
coração da casa
cheiro da mesa
alegria dos lares

Honre o pão
glória dos campos
fragrância da terra
celebração da vida

Respeite o pão
suor da testa
orgulho no trabalho
poema de sacrifício

Não desperdice o pão
riqueza do país
o mais doce presente de Deus
o prêmio mais sagrado
ao trabalho humano.

Ao reler estas palavras de sabedoria e de amor, nas quais o respeito pelas coisas eternas que nos foram dadas por Deus é infundido com um sentido religioso da vida, não podemos deixar de sentir-nos profundamente comovidos.

Expressam a alma com que foi declarada a batalha do grão; não se trata de atingir objectivos meramente económicos, mas de satisfazer uma necessidade nacional que vai além do facto económico para se tornar um facto político integral.

O Chefe do Palazzo Chigi, em 4 de julho do ano III, instituindo o Comitê Permanente do Trigo, afirmou que o anúncio da batalha do trigo teve profundas repercussões em todo o país. Um sinal claro de que respondeu a uma necessidade universalmente sentida. Recordou as consequências financeiras da má colheita de 1924, que advertiu severamente para fazer todo o possível para conquistar a independência para a alimentação fundamental do povo italiano.

O próprio Chefe deu os rumos da ação:

1º não é estritamente necessário aumentar a superfície cultivada com trigo em Itália. Não devemos retirar terras de outras culturas que possam ser mais rentáveis e que sejam, em qualquer caso, necessárias para a economia nacional em geral. Portanto, qualquer aumento na superfície cultivada com trigo deve ser evitado. Na opinião unânime, o número de hectares alcançados com as sementeiras de 1924 pode ser suficiente;

2º é necessário aumentar o rendimento anual de trigo por hectare. Mesmo o modesto aumento médio produz resultados globais muito notáveis.

Tendo em conta estes pilares, a Comissão Permanente teve que abordar:

- a) o problema de seleção de sementes;
- b) o problema dos fertilizantes e das melhorias técnicas em geral;
- c) o problema dos preços.

Para concretizar todas as possibilidades de melhorar as nossas colheitas de cereais foi necessário chegar às grandes massas rurais, verdadeiramente silenciosas e activas, isto é, o grosso do exército espalhado pelo campo italiano.

O povo italiano estava perfeitamente convencido da santidade desta batalha e da possibilidade de vencê-la; Sentia que lutávamos pela verdadeira liberdade, ou seja, pela libertação da Nação de uma maior servidão económica externa.

Vinte e seis dias depois, o Duce, dirigindo-se aos responsáveis das organizações agrícolas, pronunciou palavras fatídicas que hoje estão gravadas no coração de cada agricultor italiano: «A batalha pelo trigo significa libertar o povo italiano da escravidão do pão estrangeiro. A batalha do pântano significa libertar a saúde de milhões de italianos dos perigos letais da malária e da pobreza. O governo fascista devolveu ao povo italiano as liberdades essenciais que estavam comprometidas ou perdidas: a de trabalhar, a de possuir, a de circular, a de honrar publicamente a Deus, a de exaltar a vitória e os sacrifícios que ele impôs, a de ter consciência de si e do seu destino, de se sentir um povo forte e não um simples satélite da ganância e da demagogia alheia.

«Vocês, agricultores da Itália, que sabem pela dura experiência do seu trabalho como as leis do universo são inflexíveis, vocês são os mais adequados para compreender este meu discurso.

“Leva as minhas saudações a todas as quintas mais distantes, a todos os teus camaradas espalhados pelos campos da nossa adorável terra e diz-lhes que, se a minha vontade tenaz for apoiada pela sua colaboração, a agricultura italiana enfrentará uma ‘era de grande esplendor’.

E assim, de fato, foi.

A batalha pelo grão foi o indicador mais eloquente da direcção da política agrária do regime.

Com a batalha do trigo o objectivo era fortalecer toda a agricultura italiana, impulsioná-la a atingir a produção máxima possível em todos os sectores. Tanto no domínio vitivinícola como no sector das frutas e legumes, na olivicultura e no domínio das culturas industriais, têm sido tomadas uma série de medidas destinadas a obter a melhoria das culturas e a colocação dos produtos.

Através do trabalho vigilante e contínuo do Instituto Nacional de Exportação, foram abertos novos mercados ao comércio externo de frutas, citrinos e legumes; os centros de consumo estrangeiros foram cuidadosamente estudados; o fluxo de frutas e legumes foi regulamentado; Regulamentações rigorosas foram impostas aos exportadores para garantir a qualidade dos produtos vendidos.

Nem o trabalho de defesa da agricultura poderia ser separado da protecção do rural face à ameaça da especulação.

A organização do armazenamento de cereais, destinada a libertar o agricultor da venda forçada de trigo durante o período da colheita, regulou o mercado, criou uma reserva e impediu que os agricultores recebessem o preço mais baixo alcançado pelo seu trabalho árduo imediatamente a seguir. debulha. A popularidade cada vez maior que esta instituição tem obtido junto dos agricultores demonstra a sua eficácia e a profunda confiança que estes depositam nesta como em todas as outras disposições do Regime.

Se no vasto quadro da política económica fascista a batalha do trigo constitui um episódio, é no entanto tão grandioso e evocativo, adquire tal importância espiritual e económica, que se presta magnificamente a dar uma ideia do clima em que o italiano pessoas trabalharam nestes últimos anos.

No quadriénio 1921-1924, ou seja, antes de o Duce convocar os agricultores para se reunirem para iniciar a batalha, a produção de cereais oscilou em torno de 50 milhões de quintais com rendimento por hectare de quintal. 10,9, ou seja, ligeiramente superior à média ql. 10,5 registrados no período de cinco anos pré-guerra, 1909-13.

A colheita nacional era absolutamente inadequada para o consumo. Isto aumentou muito devido à melhoria da alimentação do povo italiano, que substituiu o trigo pelo milho, castanhas e outros alimentos que, especialmente nas zonas montanhosas, eram amplamente utilizados. Foi, portanto, necessário recorrer cada vez mais aos cereais estrangeiros: a importação média, que na década 1905-1914 era de 13 milhões, subiu para 26 milhões de quintais no quadriénio 1921-1924.

Considerações puramente económicas foram combinadas com aquelas de natureza espiritual.

E os resultados não tardaram a chegar.

Enquanto a produção média durante o período de guerra de quatro anos foi de quintais. 9,99 por hectare, igual ao período de quatro anos pré-guerra, a produção média do primeiro período de cinco anos da batalha do trigo foi de um quintal. 12,5, ou seja, 2 quintais acima da taxa de guerra e 2,5 acima da taxa dos primeiros quatro anos após a guerra.

São mais de dez milhões de quintais de aumento garantidos à produção nacional de trigo, mesmo em anos, como 1927 e 1930, cujas condições climáticas eram muito desfavoráveis.

A produção média do segundo quinquênio da batalha foi de quintal. 14,65 por hectare.

Registaram-se progressos em todas as partes do país: no norte de Itália, bem como no sul e nas ilhas; tanto em áreas montanhosas como em planícies.

Se passarmos dos valores médios para considerar os picos mais altos, ficamos impressionados com as produções muito elevadas que foram alcançadas, não em pequenas parcelas de alguns metros quadrados, mas em hectares de terra em campo aberto; produções que antes pareciam uma loucura de se esperar e que foram obtidas em virtude de uma técnica moderna que só a batalha pelo trigo poderia estimular.

As dicas de ql. 40 que antes pareciam insuperáveis subiram para ql. 74 em 1932, para 82 por hectare em 1933. Os métodos técnicos de cultivo se espalharam: o número de competidores pela vitória do trigo passou de algumas centenas para milhares.

A produção média tem registado um aumento contínuo, conforme demonstrado pelos seguintes dados em quintais por hectare de área cultivada de trigo:

Ano	Quintais	Ano	Quintais
1915	9, 2	1926	12, 2
1916	10, 2	1927	10, 7
1917	8, 9	1928	12, 5
1918	11, 4	1929	14, 8
1919	10, 8	1930	11, 9
1920	8, 4	1931	13, 8
1921	11, 0	1932	15, 3
1922	9, 5	1933	16, 0
1923	13, 1	1934	12, 8
1924	10, 1	1935	15, 3
1925	13, 9		

As médias de ql. 15, 3 em 1932, de quintais. 16, 0 em 1933 e 15, 3 em 1935, sugerem eloquência.

Existem boas razões para acreditar que a actual média nacional de 14-15 quintais por hectare poderá ser ultrapassada num futuro próximo, mesmo que os caprichos do clima possam causar alguma regressão ocasional.

Hoje a Itália é capaz de produzir todo o pão necessário aos seus filhos: em 1933 a colheita foi de 81 milhões de quintais, em 1934, ano par-

ticularmente adverso devido a factores climáticos excepcionais, a produção conseguiu manter-se ao nível de 63 milhões de quintais com uma média de 12,8 por hectare. A colheita de 1935, de 77 milhões de quintais, demonstra que a produção já se estabilizou em torno de valores que só podem flutuar na faixa de variação marcada pelas influências irreprimíveis dos acontecimentos sazonais.

Ano	Produção total em milhões de quintais
1931	66, 52
1932	75, 37
1933	81, 10
1934	63, 43
1935	77, 14

A batalha pelo trigo, antes de ser um conjunto de medidas económicas e técnicas para aumentar a produção de cereais, foi um grito de fé e um sinal de vontade.

Quando o Duce, com a sua intuição infalível, o proclamou, realizou também um grande ato revolucionário, técnico e económico nesta contingência.

Técnico, porque reagiu contra uma opinião muito difundida, ou seja, a de que a Itália nunca conseguiria produzir todo o trigo de que a sua população necessita. Económico, porque reagiu contra a resignação passiva da nossa imutável insuficiência de cereais e destruiu aquele mito liberal segundo o qual se considerava preferível que a Itália tendesse à produção de frutas e legumes para serem trocados por trigo, em vez de se perder na ilusão de celeiro da independência.

O sucesso deve-se antes de mais nada àquela grande força chamada vontade humana, que armou a técnica e que o Duce incutiu no espírito de todos os italianos e na acção activa da população rural.

RECUPERAÇÃO COMPLETA

O Chefe, no dia 28 de outubro do ano VI, enviando uma mensagem aos Camisas Negras de toda a Itália, recordou: «nesta hora de exultação e de resoluções, três acontecimentos fundamentais: a reforma monetária, a lei do Grande Conselho, a recuperação do trigo integral . Existem três datas fundamentais na história do Regime que tornam o ano VI particularmente significativo.

«A reforma monetária coroou a defesa extenuante da lira, que, protegida pelo ouro, não teme manobras nem surpresas. A lei do Grande Conselho estabelece a estabilidade e a duração do estado fascista. A recuperação completa dará terra e pão aos milhões de italianos que virão »

O Chefe queria que a agricultura chegasse à vanguarda da economia italiana porque as pessoas que abandonam a terra estão condenadas à decadência; e é inútil, advertiu Ele, quando a terra foi abandonada, dizer que devemos voltar a ela. A terra é uma mãe que rejeita inexoravelmente os filhos que a abandonaram.

A recuperação integral significa a transformação gradual da terra em formas de vida agrícola mais intensas e civilizadas; significa processo de adaptação do terreno, que se concretiza através da imobilização de grandes capitais e da execução de obras de grande envergadura.

No início, a recuperação significava simplesmente a drenagem dos pântanos, para proteger as populações da malária. A escassez dos resultados obtidos com a simples eliminação da água superabundante, não acompanhada ou integrada pela transformação do sistema de produção agrícola, convenceu os órgãos responsáveis da insuficiência apenas do arranjo hidráulico das terras. Foi necessário, portanto, integrar as obras hidráulicas com outras obras destinadas a dotar de estradas, edifícios e plantações lenhosas, as Áreas Resgatadas, para que a população que já ali residia ou que para lá teria imigrado pudesse encontrar condições de vida adequadas. Esta orientação deveu-se também ao facto de a experiência ter ensinado que a malária não se devia apenas ao pântano, mas também à falta de cultivo. Ficou assim claramente evidenciada a enorme importância que a intensificação das culturas tem para a higiene dos territórios áridos.

Muitas vezes, antes do fascismo, acontecia que as dispendiosas obras de drenagem e canalização realizadas pelo Estado não eram seguidas da necessária conclusão e valorização da terra por particulares. A sua iniciativa permaneceu entorpecida e quase alienada da iniciativa estatal, carecendo da ligação necessária; que, se deve ser provocada por uma legislação sábia, deve ser também o resultado de uma vontade consciente capaz de impor, se necessário, a transformação agrária.

Este conceito, no entanto, só pôde estabelecer-se de forma decisiva e segura depois do advento do fascismo, que colocou o problema da recuperação integral entre os problemas fundamentais do Estado, reconhecendo a sua importância política e social.

O aumento contínuo da população, que exige o mais elevado grau de intensidade produtiva, e as diferenças de densidade populacional que se verificam de região para região, exigiram uma política rural que aumentasse a produção e atenuasse os desequilíbrios demográficos mais marcantes.

O conceito de recuperação integral não se limita, portanto, a um único facto técnico e económico, mas também tem um valor demográfico muito elevado; a recuperação deve ser combinada com uma política que vise dar vida à terra resgatada e ali enraizar o homem, fazendo-o participar da produção.

Só desta forma poderá ser realizada uma grande revolução agrária e alcançada uma grande conquista social.

O fascismo, portanto, não considera a recuperação uma simples obra de drenagem de terras pantanosas, ou mesmo uma obra que visa transformar terras mal cultivadas ou incultas, mas considera a recuperação uma iniciativa muito mais complexa e clarividente, destinada a criar novas fontes de trabalho e de riqueza. , novos agregados civis, para restaurar o encanto e a saúde da vida rural, para colocar uma barreira ao urbanismo desenfreado.

O problema muito importante da casa rural, que o Duce foi o primeiro a ver e a resolver imediatamente, enquadra-se portanto no quadro da recuperação integral.

Por ocasião da cerimónia de entrega de prémios do concurso nacional do trigo, no dia 14 de Outubro do ano VI, o Cacique afirmou que a recuperação integral do território nacional é uma iniciativa cuja concretização por si só será suficiente para tornar gloriosa a Revolução dos Camisas Pretas ao longo dos séculos.

Esta iniciativa é o índice de uma orientação do regime fascista que o Duce expressou desta forma: o tempo da política predominantemente urbana já passou: agora é a hora de dedicar milhares de milhões ao campo, se quisermos evitar esses fenómenos de crise económica e declínio demográfico que já aflige terrivelmente outros povos.

Para atingir estes objectivos, o governo fascista tomou medidas para reorganizar, aperfeiçoar e completar a legislação sobre recuperação de terras.

As terras incluídas nos distritos de recuperação propriamente ditos, nas quais é necessário proceder a uma transformação radical do sistema de produção agrícola, foram distinguidas das terras que apenas necessitam de melhoramentos fundiários, para aperfeiçoar o sistema atual. Enquanto para a execução das benfeitorias a serem realizadas nos terrenos incluídos nos distritos de recuperação propriamente ditos, nos quais é necessário proceder a uma transformação radical do sistema de produção agrícola, foram distinguidas as terras que apenas necessitam de benfeitorias, para aperfeiçoar a ordem atual. Enquanto para a execução de benfeitorias fundiárias a serem realizadas em

É ela quem estabelece as características fundamentais do novo sistema de produção a instalar nas terras recuperadas: é ela quem suporta total ou largamente as despesas com a execução das obras públicas, indispensáveis para criar as condições ambientais adequadas para acolher as novas formas de agricultura que queremos introduzir.

Nestes terrenos recuperados os proprietários são obrigados, por lei expressa, a realizar todas as obras de natureza privada destinadas a garantir que a recuperação efectuada se realiza no sentido que o Estado estabeleceu. Os particulares podem beneficiar de apoio financeiro do Estado, quer através da solicitação de contribuições para a execução das obras, quer de concursos governamentais para o pagamento de juros dos empréstimos contraídos para a sua conclusão.

A lei fundamental da recuperação é a lei Mussolini de 1928. A sua aplicação estendeu os territórios de recuperação a mais de 4 milhões de hectares, distribuídos da seguinte forma por compartimento:

SUPERFÍCIE DAS ÁREAS DE RECLAMAÇÃO

Piemonte ha.	73.476	Lazio ha.	219.338
Liguria »	60.300	Abruzzo e Molise »	51.188
Lombardia »	206.529	Campania »	321.490
Tre Venezie »	808.053	Puglia »	778.208
Emilia »	889.741	Lucania »	123.573
Toscana »	457.660	Calabria »	229.417
Marche »	217.431	Sicilia »	129.653
Umbria »	1.110	Sardegna »	166.815

REGNO ha. 4.736.982

A irrigação também entrou no domínio da recuperação. Constitui um meio formidável de aumentar a capacidade produtiva das terras que, especialmente no nosso país, sofrem com a seca excessiva.

As maiores conquistas do Regime no domínio da recuperação são marcadas pelo resgate do Agro Pontino. Onde outrora reinou o espectro do pernicioso, hoje três joias sorriem ao sol do Lácio: Littoria, Sabaudia e Pontinia.

Outros seguirão para atestar a marcha triunfal da Era Fascista em que “Os Institutos são renovados, a terra é redimida, as cidades são fundadas”.

A par das disposições para a batalha do trigo e para a recuperação completa, há inúmeras outras tomadas para todos os vários ramos agrícolas nos treze anos de Regime.

Foram tomadas medidas específicas nos anos de condições económicas adversas e para estimular o trabalho de melhoria no domínio do crédito agrícola e dos subsídios aos agricultores em dificuldades.

IV. INDÚSTRIA E ARTESANATO

A INDÚSTRIA

Até 1860, a ITÁLIA era um país quase exclusivamente rural.

Mesmo no Vale do Pó, na primeira metade do século passado, as indústrias raramente se desenvolveram amplamente e nunca conseguiram ultrapassar a agricultura em importância que, pelo contrário, assumiu, especialmente na área irrigada, um carácter distintamente industrial.

Somente no final do século passado, especialmente na Alta Lombardia, as indústrias adquiriram uma importância considerável; este desenvolvimento intensificou-se na primeira década deste século.

A indústria têxtil estabeleceu-se primeiro, superando gradualmente o artesanato e os numerosos teares domésticos. Entre 1880 e 1890 surgiram as primeiras grandes fiações; depois as primeiras instalações de fornos de alta coque e fornos Martin para a siderurgia, seguidas pelas indústrias mecânicas.

Na última década do século passado, desenvolveram-se também numerosas indústrias de média dimensão que constituem a parte mais sólida da indústria italiana: fábricas de vidro, fábricas de cerâmica, curtumes, fábricas de papel e fábricas de produção alimentar. Ao mesmo tempo, surgiram as primeiras indústrias da borracha e surgiram novas fábricas de tecelagem de linho, seda e cânhamo.

No alvorecer do século XX, iniciou-se o desenvolvimento da indústria hidrelétrica, que atingiria um alto nível de potência no período fascista, e grandes indústrias químicas começaram a se estabelecer. A década que precedeu a conflagração europeia viu o surgimento das primeiras grandes fábricas de açúcar e a proliferação de fábricas de cimento para se adaptarem à crescente necessidade de construção. No mesmo período, a indústria, que se localizava nas províncias do norte, começou a estender-se ao centro e ao sul da Itália.

Nos trinta anos anteriores à guerra, portanto, a Itália passou de um país quase exclusivamente agrícola para um país em que, embora a agricultura continuasse a ser a base económica, já existia um complexo de actividades industriais que satisfaziam largamente as necessidades internas e estão prestes a exportar.

Durante o período de guerra, a actividade industrial multiplicou-se, para suportar o enorme esforço a que o país foi submetido; porém, a indústria cresceu de forma desordenada, acentuando os vícios de desarmonia já existentes.

O período imediato do pós-guerra, de 1919 a 1922, caracterizado por um período de crescente desintegração da estrutura económica do país, certamente não conseguiu melhorar a situação. Mesmo a indústria italiana – como qualquer outra actividade – beneficiou largamente do novo clima político, bem como dos novos sistemas criados pelo fascismo. Neste novo ambiente psicológico, político e económico, a indústria italiana lançou-se com fé e audácia em direcção a novas conquistas.

A autoridade do Estado não só forneceu as garantias indispensáveis, mas também criou aquele complexo de condições favoráveis à recuperação económica, que faltava há algum tempo e que são necessárias para ajudar, coordenar e completar a actividade privada.

Na indústria, a nova ordem sindical corporativa teve uma importância capital, com a criação de órgãos adequados para resolver os inevitáveis conflitos entre capital e trabalho através da colaboração.

Numerosas medidas foram tomadas pelo governo fascista para defender e ajudar o desenvolvimento industrial.

As medidas afectam muitos sectores da actividade industrial italiana.

Citamos, por exemplo, as disposições relativas à indústria do enxofre, duramente atingida pela concorrência americana; aqueles para a indústria do mármore, que também tem amplas implicações sociais.

No que diz respeito especialmente às necessidades agrícolas e bélicas, as indústrias de produtos azotados gozaram de disposições especiais, fundadas nas soberbas invenções dos nossos técnicos, que permitiram produzir no país, a partir do azoto do ar, os nitratos necessários à agricultura e indústrias de guerra, libertando-nos da servidão estrangeira.

A outrora próspera indústria da seda natural, apesar da crescente concorrência das fibras artificiais, tem sido repetidamente apoiada, directa e indirectamente, através de prémios de sericultura.

A jovem indústria cinematográfica também beneficiou das disposições especiais do governo fascista.

A queda dos preços que continuou com um crescendo assustador e que colocou muitas indústrias em condições de extrema dificuldade, aconselhou o Governo a aplicar uma disciplina sistemática na produção, capaz de reduzir a concorrência desordenada que também estava a causar danos ao conjunto da economia nacional. Com disposições legislativas de dezembro de 1931, o Ministro das Corporações foi autorizado a estabelecer consórcios obrigatórios entre os operadores da indústria siderúrgica.

Posteriormente, com a lei de Junho de 1932, foram estabelecidas as regras gerais para a constituição e funcionamento de consórcios entre operadores do mesmo ramo de actividade, e com a lei de Janeiro de 1933 foi conferido ao Governo o poder excepcional de submeter novas instalações industriais a autorização e ampliações de sistemas pré-existentes.

Desta forma, a nova realidade empresarial passou a cumprir plenamente a sua delicada função também no domínio da indústria. Assim, não só existia o perigo de permitir a criação de monopólios formidáveis de natureza supercapitalista no país, mas a produção industrial era dirigida para aquela constituição harmoniosa de carácter nacional que só o Estado pode verdadeiramente realizar. O conceito privado de empresa industrial é permeado por um novo conceito, o corporativo, em que o elemento público, se não adquirir prevalência absoluta, certamente constitui o propósito.

A referida lei de 1933 teve ampla aplicação: o Ministério das Sociedades Anónimas examina periodicamente os pedidos apresentados e decide se os aprova ou não, realizando assim um trabalho benéfico para o equilíbrio da indústria nacional.

No domínio da navegação, a acção do Governo, em sintonia com o espírito legislativo que acabamos de referir, teve como objectivo promover e facilitar concentrações e fusões, evitando assim o agravamento de algumas situações difíceis que surgiram com a crise marítima noli.

As empresas Citra e Fiorio foram fundidas na Tirrenia; S. Marco, Anonima Industrie Marittime, Puglia, Costiera, Zaratina e Nautica fundiram-se no Adriatica. Este, com o seu bloco de 48.000 toneladas, realiza o tráfego no Adriático e no Egeu, enquanto o Tirrenia, com as suas 128.000 toneladas, realiza os seus serviços no Mar Tirreno e para as Colónias.

Marittima e Sitmar fundiram-se no Lloyd Triestino, formando um bloco de 210 mil toneladas destinado a serviços no Mediterrâneo Oriental, no Mar Negro, na Índia e no Extremo Oriente.

Lloyd Sabaudo e Navigazione Generale Italiana fundiram-se na Itália, que é a mais poderosa empresa marítima italiana, composta por um bloco de 360.000 toneladas utilizado para serviços para as Américas, África e Austrália.

Já ao discutir a política financeira tivemos a oportunidade de recordar o Instituto de Reconstrução Industrial (I.R.I.) criado pelo governo fascista em Janeiro de 1932, depois de ter criado, em Novembro de 1931, o Istituto Mobiliare Italiano (I.M.I.). Ambos os institutos tiveram uma influência muito notável na indústria italiana,

O objectivo do I.M.I. é conceder empréstimos a empresas privadas italianas e eventualmente assumir participações nacionais. Os compromissos não podem, em caso algum, estender-se por um período superior a dez anos.

O I.R.I inclui uma secção que trata dos subsídios e créditos à indústria, e uma segunda que tem a missão de liquidar algumas empresas anteriormente geridas pelo Instituto de Liquidação.

O governo fascista com a sua política industrial demonstrou mais uma vez o seu equilíbrio, a sua sabedoria e grande oportunidade e energia. Não só não caiu no erro habitual de paralisar a iniciativa privada, mas, pelo contrário, fortaleceu e favoreceu o seu desenvolvimento em harmonia com essa disciplina e com esse espírito de compreensão mútua e colaboração que estabelecem os princípios básicos da Carta do Trabalho.

Uma visão sintética e ao mesmo tempo precisa da estrutura industrial do nosso país pode ser obtida a partir do censo industrial e comercial realizado em 15 de Outubro de 1927.

A partir daí fica claro que em Itália predominam as pequenas empresas com um número modesto de empregados: de 732.109 empresas, 692.313 têm menos de 11 empregados. Estas pequenas empresas empregam 1.510.304 pessoas, ou seja, mais de um terço de todos os trabalhadores das indústrias inquiridas, que ascendem a 4.005.790. O exame analítico efectuado com base nas classes de indústrias mostra que o maior número de trabalhadores está empregado nas indústrias têxteis que, no nosso país, se desenvolveram de forma impressionante e estão agrupadas num número relativamente pequeno de fábricas.

Por ordem de importância, de acordo com o número de pessoas empregadas, segue-se a indústria dos transportes e comunicações, que emprega pouco mais de meio milhão de pessoas (518.983).

As indústrias mecânica e de vestuário reúnem um número quase igual de empregados: 478.896 e 491.793 respectivamente. Diferem no número de negócios que é de 80.705 para as indústrias mecânicas e 108.470 para as indústrias de vestuário.

As indústrias alimentícias e afins absorvem o trabalho de aproximadamente 340 mil trabalhadores; um número ligeiramente menor está empregado na indústria da construção; 386.115 pessoas, distribuídas em 103.015 empresas, dedicam-se à indústria madeireira.

Vale ressaltar que as empresas com número de funcionários superior a mil são especialmente frequentes no grupo das indústrias têxtil (71) e mecânica (46), seguidas pelas siderúrgicas e metalúrgicas (34) e, por último, as de transportes e comunicações (33).

Indústrias	Geral		Até 10 funcionários	
	Exercícios	Funcionários	Exercícios	Funcionários
Indústrias relacionadas à agricultura	10.419	45.842	9.699	20.219
Pesca	13.578	43.051	13.211	35.907
Minas e pedreiras	5.124	98.778	3.842	12.606
Indústria madeireira e similares	103.015	286.115	100.367	212.208
Indústrias alimentícias e afins	81.973	343.081	78.835	201.616
Indústria de couro, couro, etc.	7.950	53.373	7.142	16.020
Indústria de papel.	2.267	45.749	1.539	5.525
Indústria poligráfica	8.002	57.508	6.894	19.701
Indústrias siderúrgicas e metalúrgicas	2.102	122.519	1.259	5.097
Indústrias mecânicas	80.705	478.896	76.560	170.746
Processamento de minerais, excluindo metais	17.401	171.922	14.452	44.824
Indústria da construção	38.537	332.562	32.925	88.648
Indústrias têxteis	10.408	642.887	6.240	16.824
Indústria de vestuário, etc. Sanitários, instalações sanitárias, etc.	191.274	491.973	187.854	352.978
Indústria química	38.286	95.497	37.804	75.839
Distribuição de força motriz, luz, etc.	5.154	99.475	3.927	12.971
Transportes e comunicações	5.910	60.463	4.923	14.270
Combinações de indústrias de diferentes classes	108.470	518.983	103.477	200.854
	1.534	17.116	1.363	3.451
TOTAL	732.109	4.005.790	692.313	1.510.304

A indústria mineira, especialmente nos sectores do ferro, chumbo e zinco, pirite e combustíveis fósseis, registou um forte aumento no período que vai de 1925 ao início da crise económica mundial.

Enquanto em 1921 e também no biênio 1923-24 a produção de minério de ferro oscilou em torno de 300 mil toneladas, nos anos seguintes teve fortes aumentos tanto que em 1930 ultrapassou claramente as 700 mil toneladas. em 1922 foram produzidos numa quantidade de pouco mais de 120.000 toneladas, no período de seis anos 1925-30 atingiram uma produção média superior a 250.000. Os combustíveis fósseis, no período florescente da economia fascista, ultrapassaram a produção de um milhão. toneladas e em 1929 atingiram a notável cifra de 1.400.000.

A produção de piritas de ferro, que no período pré-guerra atingia laboriosamente 300.000 toneladas por ano, no semestre 1925-30 atingiu uma produção média superior a 600.000 e em 1930 ultrapassou 700.000

Os produtos da indústria metalúrgica apresentaram aumentos graduais no período fascista.

Os dados abaixo, referentes ao ferro fundido, ferro e aço de alto-forno, demonstram isso claramente:

Anos	Ferro fundido de alto forno	Ferro e aço	Anos	Ferro fundido de alto forno	Ferro e aço
	em milhares de toneladas			em milhares de toneladas	
1920	88	774	1927	489	1721
1921	61	700	1928	507	2097
1922	158	1046	1929	671	2253
1923	236	1219	1930	537	1867
1924	304	1458	1931	510	1526
1925	482	1892	1932	461	1497
1926	513	1884	1933	518	1883

É significativo que no período de dois anos 1928-29 a produção de mais de dois milhões de toneladas de ferro e aço tenha sido ultrapassada e que o ferro fundido de alto-forno tenha atingido a produção de 670.000 toneladas em 1929.

A produção de chumbo aumentou de cerca de 12.000 toneladas produzidas em 1921 para uma produção média de 20.000 e em 1932 atingiu o valor substancial de 31.470 toneladas. Mesmo a produção de mercúrio, que em 1921 mal ultrapassava as 1000 toneladas, quase duplicou no triénio 1927-29.

Houve também um forte aumento na produção de enxofre bruto, que, enquanto nos três anos anteriores ao advento do fascismo se manteve muito inferior a 300.000 toneladas, no triénio 1931-33, apesar das dificuldades criadas pela crise, superou a produção média de 350 mil toneladas, conforme demonstram os seguintes dados:

Anos	Enxofre
	em milhares de toneladas
1921	274
1926	271
1927	306
1931	354
1932	350

Têm especial importância os produtos químicos que, especialmente no domínio dos fertilizantes, têm recebido um aumento inesperado devido ao impulso dado pelo fascismo à agricultura. Entre estes, importa recordar o superfosfato que, enquanto no período pré-guerra era produzido em quantidades pouco superiores a 900.000 toneladas, em 1925 ultrapassava um milhão e meio de toneladas. Foi também muito importante a produção de fertilizantes azotados, nomeadamente a cianamida de cálcio e o nitrato de soda, obtidos por processo sintético a partir do azoto do ar. Em virtude disto, a agricultura italiana pode agora ser considerada completamente emancipada das importações estrangeiras de substâncias azotadas.

A produção de sulfato de cobre também teve um aumento notável. No período de três anos 1936-28 excedeu significativamente as 100.000 toneladas, enquanto no período pré-guerra atingiu laboriosamente as 50.000,

O governo fascista não deixou de estimular e ajudar a actividade das indústrias que pudessem fornecer matérias-primas para activar o comércio de exportação. Para tal, como já recordámos, ajudou de diversas formas a indústria da seda, que conseguiu atingir e ultrapassar, durante os primeiros oito anos do governo fascista, a produção média de mais de 5000 toneladas de seda crua. Enquanto no biénio 1921-1922 foram apenas 3.700, nos anos de 1924 e 1928 a seda crua foi produzida quase 5.600, um número apenas alcançado em 1909 e ultrapassado em 1906-1907, quando a indústria da seda se desenhava. nas alturas do seu esplendor.

Em muitos outros domínios, a actividade industrial italiana desenvolveu-se com raro vigor; isso aconteceu nos campos eléctrico e de gás; mas tem alcançado especial importância principalmente na área do açúcar e também na produção de álcool.

Anos	Açúcar	Alcool
	em milhares de toneladas	
1913	3056	372
1922	2703	443
1923	3190	444
1924	3822	506
1930	3877	489
1931	3414	420

Os 2 milhões de quintais de açúcar produzidos em 1921 foram ultrapassados nos anos seguintes; a produção deste produto tão importante tem mostrado, através de flutuações inevitáveis, uma clara tendência ascendente.

A produção de gás-eletricidade tem vindo a crescer a um ritmo constante: dos 291 milhões de metros cúbicos produzidos em 1922 quase atingiu os 2000 milhões em 1932.

Merece particular atenção o impulso dado pelo governo fascista à produção de electricidade, que já foi discutido. Ao aperfeiçoar e expandir usinas antigas, construir novas e criar reservatórios artificiais de grande capacidade, o consumo passou de menos de 5 bilhões de kwh. de 1922, em 8.450 milhões de kWh. em 1932 e cerca de 10 mil milhões de quilowatts-hora em 1933. Por todo o lado houve uma tentativa de substituir o carvão importado pela electricidade produzida no país: um exemplo brilhante foi oferecido pelo governo fascista com a intensa electrificação dos caminhos-de-ferro.

Entre as indústrias têxteis, destaca-se a indústria do rayon, que se desenvolveu de forma verdadeiramente exuberante especialmente nos anos da era fascista, como atestam os seguintes dados:

Anos	Raion	
	em milhões de kg.	
1924	10, 45	
1928	26, 00	
1929	32, 34	
1930	30, 14	
1931	34, 59	
1932	32, 07	
1933	37, 15	

Os estaleiros desenvolveram também uma actividade que se caracterizou por um aumento contínuo até 1926, ano em que foram lançados navios de 250.000 arqueação bruta. Posteriormente, devido à crise, houve uma redução significativa da produção naval que também deve ser vista como um efeito da forte contracção do comércio internacional.

Apesar dos acontecimentos excepcionais a que assistimos nos últimos anos e que chocaram a economia mundial, a indústria italiana não só manteve com sucesso as posições que alcançou, mas conseguiu, especialmente em alguns sectores, alcançar progressos notáveis.

O índice da produção industrial italiana, igualado a 100 no ano de 1922, tomado como ano base, em todos os anos subsequentes nunca apresentou as depressões registadas para outros países, mas sim um aumento muito significativo mesmo nos anos de crise.

ÍNDICES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Anos	Itália
1922	100
1930	156
1931	130
1932	121
1933	144

O ARTESANATO

O fenómeno premente do urbanismo e a diminuição da taxa de natalidade manifestaram-se de forma mais aguda onde a organização industrial é mais intensa, isto é, onde as mulheres são empregadas nas fábricas e na indústria, onde o mundo capitalista domina com as suas trágicas contradições, que só a concepção fascista foi capaz de abordar com um plano concreto e humano.

O artesanato, no entanto, tem um carácter primorosamente rural. O elogio à Itália agrícola é implicitamente o elogio das multidões de artesãos.

Por tudo isto, se o fascismo reconhece a actividade industrial como um formidável meio de conquista e de poder, se reconhece a fábrica e a oficina como um elemento indispensável à vida de uma nação civilizada, exalta espiritualmente a função do artesanato, que resolveu, dentro dos confins estreitos de sua oficina, os conflitos do capitalismo. O artesão, como o pequeno agricultor direto, trabalha com alegria; o seu trabalho não é movido apenas por necessidades económicas egoístas, mas também pelo desejo de realizar uma obra cuja beleza ele sente no fundo. Assim como o pequeno proprietário anseia pela posse da terra e, uma vez conseguida, procura sempre consolidá-la, dando o máximo de si em obras de melhoramento, investindo todas as suas poupanças na terra, assim também o artesão, depois de se ter munido dos meios indispensáveis pelo seu trabalho, emprega todas as forças produtivas da sua família para fortalecer cada vez mais a sua pequena empresa e talvez torná-la uma pequena indústria.

O carácter particular do artesanato, que se reflecte nas características psicológicas de quem o pratica, fez com que fosse encarado pelo Fascismo com particular simpatia e compreensão. O nosso país, que ostenta gloriosas tradições no domínio do artesanato e possui um formidável núcleo de pequenas e médias oficinas artesanais, sente particularmente a necessidade de fortalecer e desenvolver esta forma de actividade económica, uma fonte muito sólida de estabilidade social.

Por estas razões, o problema do artesão não é nem pode ser um problema exclusivamente económico.

Os objectivos do Regime em termos de política artesanal visam o aperfeiçoamento técnico e artístico dos produtos desta louvável categoria, de forma a vencer a concorrência estrangeira e conquistar os mercados.

Do ponto de vista económico, o governo fascista, por meio de cooperativas comerciais e bancárias, adiantou dinheiro e auxiliou esses pequenos empresários das mais diversas formas. Procurou também aplicar uma seleção rigorosa de produtos, identificando os centros de produção característicos, cultivando o conhecimento destas atividades e o bom gosto tradicional do nosso povo através de exposições, para estimular os indivíduos e realizar um processo de seleção eficaz.

São numerosas as categorias profissionais representadas pela Federação Autónoma fascista dos artesãos italianos, que tem feito tudo o que está ao seu alcance para valorizar cada vez mais esta multidão de pequenos produtores conhecedores e tenazes.

A arte em madeira inclui, sem limitação, escultores, lacadores, escultores de madeira, polidores, douradores e marceneiros. Caso as empresas não empreguem mais de cinco funcionários, também estão reunidos na federação de artesãos marceneiros e marceneiros, marceneiros e torneiros, que também integram carpinteiros e marceneiros, empacotadores e fabricantes de cadeiras, quando empregados em atividades que não empregam mais de três funcionários.

A referida Federação também representa fornecedores de objetos de arte, batedores de ferro, caldeireiros e caldeireiros, gravadores, retificadores e modeladores de metais.

As diversas e multifacetadas atividades artesanais, diferenciando-se nos materiais processados e nos produtos obtidos, dominam completamente a arte do tecido e do bordado, a arte do ourives, do ourives e do relojoeiro. Têm também especial importância no domínio da cerâmica artística, que tem alcançado, sobretudo em algumas zonas do nosso país, um esplendor inegável e ostenta tradições muito antigas. Lembramos as indústrias cerâmicas da Úmbria, Faenza e Pesaro, para citar apenas as principais.

A arte do couro e do calçado reúne um grande número de douradores e seleiros, pirógrafos e gravadores, gravadores e impressores, sapateiros e carpinteiros, que no seu conjunto atingem um número considerável de trabalhadores, que trazem a preciosa homenagem de um trabalho paciente à produção nacional. . Mesmo os fabricantes de malas e de javalis, os fabricantes de luvas e os trabalhadores do couro, embora geralmente encontrem emprego em grandes empresas, aumentam o número desta louvável categoria de produtores modestos e sólidos.

Os artesãos também incluem gravadores, xilógrafos e xenógrafos, bem como litógrafos e encadernadores. Nos centros modestos, o caráter artesanal também pode ser encontrado em pequenas gráficas, como nos fabricantes de carimbos de madeira e metal e de objetos e modelos de papel e papelão.

Semelhante a esta actividade é a da fotografia que na grande maioria dos casos e na quase totalidade da produção está nas mãos de artesãos qualificados.

O processamento do mármore e da pedra é especialmente obra de artesãos. Mosaicistas, alabastros e lapidadores, lapidadores e modeladores de mármore, constituem um notável grupo de trabalhadores que, juntamente com os envolvidos na arte do restauro, formam um importante grupo da Federação dos Artesãos.

Esta categoria inclui também os cabeleireiros, os que trabalham na arte do mobiliário e da jardinagem, os que trabalham na arte dos brinquedos e da pirotecnia, os vulcanizadores e os fabricantes de guarda-chuvas.

Uma posição particular é então adquirida por aquele grupo de artesãos que se dedicam às actividades mistas típicas da vida rural, que, espalhados pelos recantos mais remotos do nosso campo, trazem com o seu génio de construtores e com a sua paciência de finos reparadores especializados, uma contribuição que não pode ser ignorada. Entre estes lembramos carpinteiros, marceneiros, mecânicos, ferreiros, etc. Mas demoraria muito para dar uma noção completa das diversas funções desempenhadas pelos artesãos, que constituem uma massa impressionante, que prestam um trabalho qualificado e precioso e desempenham uma função insubstituível na nossa economia.

V.
POLÍTICA DE OBRAS PÚBLICAS

INFORMAÇÕES GERAIS

AO LADO do poderoso programa de recuperação está um programa mais extenso de obras públicas, destinado a dar trabalho à exuberante força de trabalho e a criar um complexo de obras civis, que faltava especialmente no sul e na Itália insular. Com este intuito foram criadas a Supervisão de Obras do Sul de Itália e das Ilhas e a Empresa Estatal Autónoma de Estradas.

O trabalho realizado pelo governo fascista nestes últimos doze anos foi verdadeiramente impressionante. Na primeira década fascista (1922-32), as administrações acima mencionadas assumiram compromissos de gastos de cerca de 37 mil milhões de liras, dos quais 17 mil milhões e meio foram efectivamente pagos.

O programa de obras públicas concluído já teve, e terá ainda mais no futuro, uma influência muito notável no bem-estar do país; não só intensificou o comércio, promoveu o comércio e trouxe imensos benefícios à agricultura e à indústria, mas também elevou o nível de vida e contribuiu para estabilizar os fluxos migratórios.

Trata-se de uma enorme quantidade de capital investido na pátria, de imensas quantidades de trabalho, que em vez de serem desperdiçadas foram utilmente empregadas em obras de elevado valor civil e económico. Por esta razão, a política de obras públicas também tem sido um meio muito eficaz de conter e combater o desemprego galopante. Nas obras realizadas pelos gabinetes técnicos dependentes do Ministério das Obras Públicas, da Empresa Estatal Autónoma de Estradas e da Subsecretaria de Recuperação de Solos, foram empregados 21,8 milhões de dias de trabalho em 1926, 26,7 milhões em 1927, 27,3 milhões em 1928. O ano de 1929 trouxe um aumento significativo nos empregos e nos dias de trabalho ocupados, que atingiu 33,5 milhões: estes atingiram 41 milhões em 1930, 39,3 milhões em 1931, ultrapassando 42 milhões em 1932.

Estes números, no entanto, não dão uma ideia completa da massa de trabalho realizado pelo governo fascista, porque se nos canteiros de obras dos empreiteiros públicos houve um formidável aumento do número de trabalhadores empregados, um significativo O aumento ocorreu também nas pedreiras, nas oficinas, nos fornos, nas fábricas que abastecem as primeiras com materiais de construção e equipamentos de trabalho. Mesmo nas empresas de transporte o índice de atividade registou um aumento muito forte.

Do ponto de vista político, deve ser dada particular ênfase ao esforço feito pelo Regime para dotar as cidades e o campo do Sul e das Ilhas de todos os serviços públicos de que careciam e que, ao permitirem melhores formas de vida, são um estímulo à elevação moral e material das populações.

A valorização dos extensos territórios agrícolas do Sul, ou seja, um território com características demográficas muito particulares, exigiu a regulação dos movimentos dos trabalhadores para incitar, ajudar e ajudar aquele proletariado agrícola que desejava enraizar-se na terra e formar colônias estáveis .

Por isso, desde 1925, o Duce criou a Comissão Permanente das Migrações Internas no Ministério das Obras Públicas, que passou a colocar directamente sob a Presidência do Conselho.

ESTRADAS COMUNS

Com a lei de maio de 1928, a rede de estradas principais, também chamada de rede rodoviária estadual, foi confiada à Companhia Rodoviária Autónoma do Estado.

O Duce pretendia criar um órgão autónomo, ágil, preparado para realizar o imenso trabalho necessário a uma adequada ordenação do nosso património rodoviário. Ele, que sempre teve uma concepção romana de estrada, dedicou-lhe o mais atento cuidado e forneceu enorme capital para a estruturação duradoura e melhoria da rede viária.

As 136 artérias que formam a rede, cuja extensão total é de 20.622 quilómetros, no verão de 1928 não estavam certamente em boas condições: apenas 463 quilómetros de estradas foram pavimentadas de forma a não necessitarem de mais obras para a sua disposição. Ou seja, quase tudo ficou para ser revisto e corrigido.

No final de outubro do ano X, 8.562 quilômetros haviam sido colocados, dos quais 7.910 com tratamentos de superfície e 652 com pavimentação permanente e semi-permanente. Outras pavimentações de mais de xoo quilômetros também estavam em andamento.

No entanto, a restante rede tem sido alvo de obras extraordinárias e de uma manutenção tão cuidada que atualmente todas as estradas se encontram em excelentes condições.

No domínio das estradas comuns, o governo fascista não se limitou a manter ou pavimentar as estradas existentes. Intensa foi também a actividade desenvolvida para completar a grande rede de comunicações e enriquecer a das estradas provinciais e especialmente das estradas municipais, que, em alguns compartimentos do nosso país, era inadequada às necessidades do tráfego e especialmente às crescentes necessidades do agricultura.

De referir especialmente as auto-estradas, dos quais 436 quilómetros foram construídos na década de 1922 a 1932, marcando um recorde neste domínio tão moderno das comunicações, que ainda hoje é invejado pelos grandes estados europeus.

A rede das principais vias de comunicação foi aumentada em 525 quilómetros de novas construções: recordamos a conclusão da grande artéria costeira do Tirreno; a construção dos troços da estrada costeira jónica localizados nas províncias de Taranto e Matera; a conclusão da estrada costeira do Adriático com os três troços situados entre S. Salvo na província de Chieti e Serracapriola na província de Foggia; os novos troços construídos nas províncias de Salerno, Potenza e Cosenza, para não falar de outros troços importantes construídos especialmente no Sul.

Se as novas estradas estaduais provaram ser de considerável importância, as estradas construídas pelas Províncias e especialmente as desejadas pelos Municípios revelaram-se de grande utilidade.

É preciso lembrar que na década fascista foram construídos 1.143 quilómetros de estradas provinciais e 3.844 quilómetros de estradas municipais. Na Calábria, na Lucânia, nos Abruzos e na Sicília, foi dado um grande impulso às estradas rurais e às que serviam para ligar municípios isolados às estradas principais.

Também foram realizadas obras de destaque na Ístria: cerca de 20 milhões foram dedicados à construção de estradas.

Não devemos esquecer a construção de estradas turísticas que servem também de comunicação entre compartimentos importantes (por exemplo a Gardesana ocidental e oriental) e a de auto-estradas muito importantes como a Roma-Ostia, a Nápoles-Pompeia, a Florença-Viareggio, a Pádua-Veneza e aqueles que irradiam de Milão a Turim, os lagos e Brescia.

Não podemos terminar esta breve e incompleta revisão das obras rodoviárias realizadas pelo fascismo sem mencionar a ponte que liga Veneza ao continente, com 20 metros de largura e 4 quilómetros de comprimento, construída em menos de dois anos e com um custo de 80 milhões de euros.

AS FERROVIÁRIAS

A rede ferroviária herdada de regimes passados, embora em muitos aspectos estivesse em boas condições, necessitava, no entanto, de uma integração activa e de obras de conclusão para tornar ainda mais eficaz o serviço que poderia prestar à economia do país.

Nos últimos 12 anos, a rede ferroviária italiana foi melhorada e reforçada: ajustamentos e duplicações de vias; peças sobressalentes e reforços de armamento; ampliação e reconstrução de estações, armazéns e serviços; renovação do material circulante.

A operação das ferrovias foi então reorganizada de forma rápida e enérgica; foi restabelecido um elevado sentido de disciplina entre o pessoal ferroviário, cujo desempenho também foi melhorado.

A electrificação assumiu então particular importância, estendendo-se a troços ferroviários muito importantes e que se estenderá ainda mais para libertar cada vez mais a nação do grave fardo da importação de carvão fósil.

No domínio das novas construções ferroviárias, devemos recordar a linha direta Roma-Nápoles de via dupla, que aproximou significativamente esta cidade da capital; o Cuneo-Ventimiglia, o Sacile-Pinzano e, especialmente, o direto Bolonha-Florença, de via dupla, com um túnel escavado ao longo de mais de 18 quilómetros no traçoeiro barro dos Apeninos, superando dificuldades técnicas consideradas intransponíveis e em cuja construção dezenas perderam a vida dos trabalhadores.

No geral, novas linhas ferroviárias estatais e privadas foram abertas para operação em aproximadamente 3.000 quilómetros.

Pode-se afirmar que com os trabalhos de conclusão dos troços realizados pelo Regime, e com a electrificação das linhas principais - das quais a Bolonha-Roma-Nápoles é muito recente - a rede ferroviária que a Itália tem hoje é perfeitamente adequada para as necessidades da sua economia.

OBRAS MARÍTIMAS

“O mar foi negligenciado. O Regime empurrou os italianos de volta para lá. A marinha mercante estava em declínio: o Regime reanimou-a. Durante esses anos, gigantes poderosos desceram ao mar. Os portos empobreceram: o Regime equipou-os e criou zonas francas. Ali o trabalho foi interrompido por causa das greves: hoje a disciplina dos trabalhadores é perfeita. Para o mar, fonte de saúde e de vida, o Regime envia todos os anos centenas de milhares de crianças do povo. A paixão dos italianos pelo mar volta a florescer. Reconhece um elemento de poder nacional.”

Assim falou o Duce na assembleia quinquenal do Regime.

As obras concluídas documentam a tenacidade com que o Governo criou as bases para uma intensa política marítima.

Em 1922 as condições dos portos marítimos italianos eram insuficientes. O Regime quis expandir e ordenar rapidamente os mais importantes, de forma a incentivar e atrair o tráfego internacional, sem descuidar também os portos mais pequenos.

Na década 1922-1933 foram construídos 28 quilómetros de obras de defesa, distribuídos por 82 portos: a superfície das docas foi aumentada em 680 hectares. Os rapel aumentaram 36 quilómetros e a superfície dos aterros 295 hectares.

Aproximadamente 17 quilómetros de costa foram protegidos da corrosão marítima.

O Consórcio do porto de Génova concluiu a bacia Vittorio Emanuele III, concluiu o primeiro lote da bacia Mussolini e construiu um novo dique seco com 1500 m de largura. 32, comprimento m. 260.

O porto de Nápoles foi enriquecido com um novo cais; enquanto o antigo porto foi reformado. Um novo porto interno foi construído em Livorno; em Cagliari um cais com comprimento m. 1655; em Catânia as novas obras realizadas aumentaram as descidas em m. 550; em Bari, acompanhando a importância que o comércio com a Europa de Leste assumiu, foi realizada uma enorme obra de expansão. Obras grandiosas foram dedicadas ao porto de Marghera e ao porto da estação marítima de Veneza. Muitas obras de arte do porto de Trieste foram renovadas.

O trabalho realizado é imenso. Hoje o nosso país dispõe de portos marítimos perfeitamente adequados às necessidades do tráfego e também está pronto para acolher qualquer aumento futuro no comércio internacional.

ÁGUAS PÚBLICAS

A regularização dos cursos de água é a obra pública por excelência que, em Itália, adquire uma importância da mais alta ordem, dada a sua particular configuração oro-hidrográfica.

Durante a década, foram utilizados mais de 400 milhões de liras para as obras de renovação do Vale do Pó, o que permitiu melhorar significativamente a defesa hidráulica de 1 milhão 250 mil hectares de um dos territórios mais densamente povoados e ricos do nosso país.

A Autoridade das Águas de Veneza também desenvolveu uma série de atividades, entre as quais se destacam as obras de melhoria da bacia do Adige.

Nas restantes bacias do Reino foram construídos cerca de 4000 quilómetros de aterros, completados por 775 quilómetros de quebra-mares e defesas frontais.

No sector da navegação interior, embora o nosso país não apresente condições favoráveis para a criação de uma verdadeira rede de vias navegáveis, o Governo quis tornar mais eficaz a existente no Vale do Pó e nos grandes lagos. A hidrovia Milão-Veneza, as estradas de Ferrara, a estrada costeira veneziana foram objecto de importantes obras. O canal de Pisa a Livorno e o tronco inferior do Tibre também foram significativamente melhorados.

No domínio do aproveitamento das águas públicas, o Governo tem promovido energicamente a construção de grandes bacias hidroeléctricas, que eventualmente poderão também ser utilizadas para irrigação. Desta forma, a Itália tentou remediar a pobreza natural do carbono fósil, satisfazendo as necessidades dos transportes e das indústrias.

Na primeira década fascista a potência das centrais hidroeléctricas foi aumentada para 1,5 milhões de kW. para mais de 4 milhões; a produção de energia aumentou de 4 para 10 mil milhões de kW-hora.

O norte da Itália contribui para a produção hidrelétrica com mais de 3 milhões de kW. de potência instalada nos sistemas; a produção no centro da Itália (711.000 kW) e no sul da Itália (208.000 kW) é pequena; o das ilhas é quase insignificante (76.000 kW).

A última década assistiu à multiplicação dos reservatórios hidráulicos no nosso sistema Alpino e Apenino, que hoje atingem o número de 168, com uma capacidade total de reservatório de quase 1300 milhões de metros cúbicos.

Alguns deles também são usados para irrigação.

Entre as centenas de reservatórios construídos nos últimos doze anos, lembramos os de ; Moncenisio, do Lago Avigliano (Varese), de Ceresole Reale (Aosta), de Montesuga (Sondrio), de Suviano (Bolonha), de Trepidò (Cosenza), de Santa Chiara d'Ula (Cagliari), de Alto Belice (Palermo).

AQUEDUTOS

“Ravenna esperava por água há quinze séculos. Nos últimos dias foram lembrados os venerados mas distantes nomes dos imperadores romanos. Os séculos se passaram, as gerações se seguiram, os governos, os senhorios e as dominações mudaram, a realidade sempre esteve longe do sonho. Somente o Fascismo poderia fazer isso, já que o Fascismo é, especialmente no presente, o verbo querer.”

Assim falou o Duce no dia 1º de agosto do ano IX, inaugurando o aqueduto de Ravenna, dedicado à memória dos caídos.

Mesmo neste domínio da civilização, da defesa da raça e do povo, da assistência aos humildes, o Regime tem feito o que está ao seu alcance, ajudando as autarquias locais com empréstimos favoráveis e contribuindo para a execução das próprias obras com contribuições directas.

Além do aqueduto de Ravenna, já mencionado, merecem destaque: o grande aqueduto de Monferrato que fornece água a 81 municípios; o aqueduto Schievenin, que atende 20 municípios da zona rural do alto Treviso; o aqueduto da Ístria que abastece toda a província; o aqueduto Franciosetti para a cidade de Torino; o de Val d'Orcia e Val di Chiana, do qual se beneficiam 11 municípios; o de Grosseto; os aquedutos da Lucânia, etc.

O aqueduto da Apúlia teve um desenvolvimento muito notável na última década.

O fascismo abordou decisivamente a continuação daquele colossal aqueduto com a construção do grande sifão de Lecce, dos ramais na zona de Foggia e de mais 1000 quilómetros de condutas externas e internas às zonas habitadas: a água foi assim fornecida a uma população total de cerca de um milhões de habitantes.

Metade das despesas totais incorridas pelo Estado italiano para realizar este trabalho, que documenta o nível de civilização de um povo, foi fornecida pelo governo fascista.

Ao conjunto de obras mencionadas, destinadas a fornecer água pura às populações das cidades e municípios rurais italianos, devemos acrescentar também a construção de numerosos esgotos em mais de 300 centros urbanos do país.

A breve revisão que fizemos ficaria muito incompleta se não fossem mencionadas outras numerosas obras civis e higiénicas levadas a cabo pelo regime: hospitais, centros de tuberculose, cemitérios, lavadouros, construídos às centenas, especialmente no Sul de Itália e nas Ilhas, onde eles eram os que mais faltavam. A Sardenha, particularmente negligenciada pelos governos anteriores, tem sido objecto de intensa actividade neste domínio de obras que dizem respeito à satisfação das necessidades fundamentais da vida.

PRÉDIOS

O governo fascista, a par das novas obras públicas destinadas a dar novo impulso à vida económica do país, promoveu uma série de obras de renovação, ampliação e embelezamento das grandes cidades seguindo os ditames do planeamento urbano moderno.

Em muitas cidades italianas, bairros antigos foram destruídos, novos bairros foram criados e o abastecimento de água e a eliminação de resíduos foram melhorados. Os matadouros foram modernizados, centenas de mercados públicos foram renovados ou reconstruídos. Os serviços de iluminação foram melhorados; o desenvolvimento do serviço telefónico constitui outra conquista fundamental. Parques e jardins, avenidas arborizadas e vilas foram abertas aos trabalhadores.

Também neste domínio, por razões de justiça distributiva, o Sul da Itália teve as maiores provisões.

Mas foi especialmente na capital que o planeamento urbano conheceu um desenvolvimento verdadeiramente impressionante. A construção das ruas do Império e dos Triunfos, a ordenação das imediações do Monte Capitolino e dos Fóruns Imperiais, e a conclusão das inúmeras obras para dar uma nova estrutura às estradas da cidade e para dotar a população de estádios e jardins, são obras verdadeiramente dignas de Roma Imperial.

A estes acresce a construção dos novos edifícios do Ministério das Obras Públicas, da Justiça, da Educação Nacional, da Marinha e das Corporações, da cidade universitária e de numerosos outros edifícios públicos necessários à vida da Capital. , a força motriz de todas as atividades da nação.

Mesmo nas diversas províncias, a construção do Estado teve um desenvolvimento singular: recordamos os 69 novos edifícios construídos para as forças armadas da Polícia e da Real Polícia Financeira, os 24 novos edifícios dos Correios e Telégrafos, os 15 edifícios prisionais, os 7 grandiosos grupos de edifícios universitários e outros. No geral, são construções com um volume superior a 7 milhões de m².

Um lugar específico vai para os edifícios escolares.

Em 1922 o nosso país tinha um número insuficiente de escolas; Além disso, alguns destes encontravam-se em condições estáticas e de manutenção completamente inadequadas às necessidades mais básicas da população escolar. É portanto natural que o Regime, que sempre teve no coração o futuro da raça e a preparação espiritual e física da juventude, tenha procurado com todos os meios ao seu alcance dar o maior impulso a este tipo de edifícios.

O Ministério das Obras Públicas, cuja competência hoje se estende a todos os edifícios escolares em Itália, construiu mais de 1.000 salas de aula. Os Municípios também se empenharam nesta obra que satisfaz uma das necessidades primordiais da vida civil, recuperando edifícios antigos e prevendo a reabilitação e reconstrução daqueles que se encontravam higienicamente inabitáveis.

O Sul de Itália também beneficiou de benefícios particulares neste domínio.

No sector da habitação pública, o Regime destinou centenas de milhões aos municípios e institutos autónomos que tomam a iniciativa na sua construção. O Regime também tomou medidas para criar o Instituto Nacional de Residências dos Funcionários do Estado (I. N. C. I. S.), para emitir disposições especiais para a construção de habitações para deficientes e deficientes de guerra. Com o apoio financeiro do Estado, foram construídos pelas autarquias, institutos especiais e cooperativas mais de seis mil edifícios com cinquenta mil apartamentos, dos quais 28 mil do tipo económico e 22 mil do tipo popular.

O Governo, dando grande impulso às novas construções, não esqueceu a reconstrução dos países devastados pela guerra e pelos terremotos.

Hoje pode-se dizer que todos os vestígios da devastação causada durante a conflagração europeia desapareceram; o Regime absolveu assim a dívida de gratidão e de carinho contraída para com aqueles compartimentos que foram palco do terrível conflito, ao qual se seguiu a vitória que só o Fascismo soube explorar.

A Calábria e a Sicília, que infelizmente estão entre os países mais afectados pelo terramoto, beneficiaram especialmente da pronta atenção do Governo, que autorizou despesas de mais de 500 milhões de euros para a construção de casas nas aldeias destruídas pelo terramoto de 1908. Só na cidade de Messina, aproximadamente Na cidade de Reggio Calabria aproximadamente 1000 alojamentos; na província mais de 5.000.

Gradualmente, surgiram bairros inteiros de novas habitações acessíveis e populares: foram preparados planos regulatórios racionais; igrejas foram construídas, a construção pública começou.

Depois de 1925, ou seja, depois da viagem triunfal que o Chefe do Governo fez à Sicília, os trabalhos de reconstrução intensificaram-se significativamente; hoje Messina e Reggio podem ser consideradas entre as cidades mais modernas do nosso país.

Mesmo os territórios de Marsica, que ficam em torno de Avezzano, duramente atingidos pelo terramoto de 1915, foram objecto de consideráveis esforços técnicos e financeiros por parte do governo fascista.

Na verdade, quando o fascismo chegou ao poder, a situação em Mársica era extremamente sombria; hoje Avezzano está completamente reconstruída e as cidades afetadas já sararam as suas feridas dolorosas.

A firmeza do Governo Fascista e a racionalidade dos seus sistemas de reconstrução dos países atingidos pelo terramoto foram demonstradas durante o desastre do Vulture e também no das Marcas. Nas tristes contingências que afectaram estas belas províncias da Itália, o Governo prestou uma assistência rápida e adequada, inspirada por um elevado sentido de humanidade. Contudo, em vez de ceder aos apelos à rápida preparação dos quartéis, o que teria levado à repetição dos erros técnicos e financeiros cometidos em tempos passados, disponibilizou rara energia para dirigir o trabalho de assistência às vítimas da catástrofe, ao mesmo tempo que equipas de trabalhadores começaram a construir casas de tijolos para os desabrigados.

Mesmo neste sector da vida nacional o trabalho do Regime foi muito intenso e entre os mais proveitosos: o Duce também deu a este aspecto da vida italiana uma nova face da Pátria.